

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

**LARISSA FERNANDES SOARES**

**EFEITOS SUCESSÓRIOS DA PARENTALIDADE SIMULTÂNEA EM  
FILIAÇÃO BIOLÓGICA E SOCIOAFETIVA: SUCESSÃO DE ASCENDENTES  
E DESCENDENTES**

**FLORIANÓPOLIS**

**2018**

LARISSA FERNANDES SOARES

EFEITOS SUCESSÓRIOS DA PARENTALIDADE SIMULTÂNEA EM FILIAÇÃO  
BIOLÓGICA E SOCIOAFETIVA: SUCESSÃO DE ASCENDENTES E  
DESCENDENTES

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação  
em Direito do Centro de Ciências Jurídicas da  
Universidade Federal de Santa Catarina como  
requisito para a obtenção do Título de Bacharel  
em Direito.

Orientadora: Prof. Dra. Doris Ghilardi

Florianópolis

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “**Efeitos sucessórios da parentalidade simultânea em filiação biológica e socioafetiva**”, elaborado pelo(a) acadêmico(a) “**Larissa Fernandes Soares**”, defendido em **08/11/2018** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10,0 ( Dez ), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 08 de Novembro de 2018



**Dóris Ghilardi**  
Professor Orientador



**Iôni Heinderscheidt Nunes**  
Membro de Banca



**Maria Tereza Ferrabule Ribeiro**  
Membro de Banca



**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Centro de Ciências Jurídicas**  
**COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E**  
**ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA**

Aluno(a): Larissa Fernandes Soares

RG:

CPF:

Matrícula:

Título do TCC: Efeitos sucessórios da parentalidade simultânea em filiação biológica e socioafetiva

Orientador(a): Dóris Ghilardi

Eu, Larissa Fernandes Soares, acima qualificado(a); venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido

Florianópolis, 08 de novembro de 2018.



LARISSA FERNANDES SOARES

*Aos meus pais, cuja função  
desempenham de forma ilustre, dedico.*

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente, dedico os meus mais sinceros agradecimentos a quem meu coração transborda de amor: minha família. Em especial àqueles que sem medir esforços, batalharam arduamente e são os verdadeiros responsáveis por proporcionar todas as oportunidades possíveis (e impossíveis) para que eu pudesse me tornar quem hoje sou. Os valores e princípios ensinados durante a minha caminhada até aqui me permitiram conhecer um pouco mais de mim e admirar ainda mais vocês, meus pais. À Cilene e ao Claudinei - que me ensinaram através do amor, carinho e zelo o real significado do afeto - meu amor incondicional!

Aos meus demais familiares, tamanha foi a sorte por Deus ter me inserido em uma família nutrida por tanto companheirismo e fraternidade. Meus dias não teriam sido tão coloridos sem a presença de vocês. Ainda assim, não poderia deixar de mencionar meus exemplos de mulheres, de força e resistência, cada uma, dentro de sua individualidade, faz percorrer em mim, um amor muito além da compreensão: à minha madrinha Glaucia e minhas tias Ana, Glauce e Viviane, meu sentimento é de pura gratidão.

À todas as verdadeiras amigas que cultivei durante minha vida, e que me demonstram cotidianamente o verdadeiro significado de lealdade. Isabela, Jéssica, Julia, Karoliny, Luisa e Maria Eduarda, impossível não me reportar a vocês, serei eternamente grata por tudo.

Ao meu namorado, Joel, que em meio a todos os embaraços deste último ano, vem reiteradamente me incentivando em todos os momentos, me fazendo acreditar na minha própria capacidade e, sobretudo, me ensinando constantemente o valor da paciência. Gratidão define. Você é uma das minhas maiores certezas.

À minha dupla de EMAJ e agora amiga, Micaela, por ter, nesses dois anos de estágio obrigatório, me permitido conhecer um pouco mais da mulher determinada que é. Mica, confesso que os perrengues do EMAJ não teriam sido os mesmos sem você e o seu auxílio.

Ainda, agradeço imensamente à Professora Dóris Ghilardi, por toda dedicação e acréscimo de conhecimento nesse processo de elaboração do meu TCC, à Professora Iôni, pelos semestres de orientação em meu estágio obrigatório, me possibilitando conhecer o que é o Direito de Família um pouco mais de perto e à Professora Maria Tereza que, apesar do curto prazo que vem me orientando no EMAJ, já demonstrou seu efetivo

conhecimento na área e de prontidão aceitou o convite para compor a banca da minha monografia.

Por fim, deixo minha mais sincera gratidão àqueles que a vida me tirou cedo demais: Vó Pedra, Vó Sandra e Vô Valmor, vocês desempenharam papel importantíssimo em minha caminhada, independente de onde estiverem, sempre serão fonte de inspiração, amor e bondade dentro de mim.

**MUITO OBRIGADA!**

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso propõe-se a analisar a possibilidade jurídica da multiparentalidade frente às diferentes espécies de filiação, especialmente no que se refere aos efeitos sucessórios destacados do instituto. De forma a possibilitar tal estudo, inicialmente, far-se-á uma análise comparativa da família antes e após o advento da Constituição Federal de 1988, com intuito de demonstrar como o afeto ganhou espaço e possibilitou a abertura da família para outras possibilidades. Como resultado desse processo, a afetividade foi elevada a elemento identificador das famílias contemporâneas, passando a servir de parâmetro para a definição de vínculo parental, isto é, a verdade biológica perdeu seu caráter preponderante frente a espécie de filiação que se origina, não no nascimento, mas na manifestação de vontade das partes (filiação socioafetiva). Desse modo, alicerçado em um ambiente familiar nitidamente mais democrático e plural, ascende o instituto da multiparentalidade na tentativa de refletir, ainda mais, a vivência dos integrantes de uma família quando da multiplicidade de vínculos. Nesse contexto, o Supremo Tribunal Federal, em observância ao melhor interesse da prole, concedeu decisão de caráter vinculativo, possibilitando a coexistência de filiações, bem como todos os seus efeitos jurídicos. Ao final, tratar-se-á de forma pormenorizada uma das mais controversas consequências e escopo do presente estudo: os direitos sucessórios refletidos do instituto da multiparentalidade no que se refere ao direito de herdar do filho multiparental, e da hipótese de falecimento do filho multiparental que deixa vários ascendentes, ambas frente a legislação atual, bem como seus respectivos bônus e ônus. Assim, de forma a certificar o entendimento, serão abordados alguns casos práticos, tal como entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, utilizando-se do método dedutivo para o deslinde da discussão.

**Palavras-chave:** Família. Filiação. Afetividade. Multiparentalidade. Igualdade de filiação. Efeitos sucessórios.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1. TRANSFORMAÇÕES DO DIREITO DE FAMÍLIA E DA FILIAÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1.2. Filiação no Código Civil de 1916 .....	17
1.2. Transformações decorrentes da constitucionalização do direito de família; ..	20
1.2.1 Princípio da Dignidade da Pessoa Humana .....	21
1.2.2. Princípio da Solidariedade Familiar .....	22
1.2.3. Princípio da Igualdade Familiar .....	23
1.2.4. Princípio da Convivência Familiar.....	25
1.2.5. Princípio do Melhor Interesse da Criança.....	26
1.3. Filiação socioafetiva como um novo paradigma.....	26
1.4. Filiação biológica e socioafetiva.....	28
1.4.1 Filiação Biológica.....	28
1.4.2 Filiação Socioafetiva e a afetividade.....	30
1.4.2.1 Afetividade.....	30
1.4.2.2. Filiação socioafetiva .....	30
<b>2. A TEORIA DA MULTIPARENTALIDADE .....</b>	<b>34</b>
2.1 Novas configurações de famílias: as famílias recompostas como cenário para a Multiparentalidade.....	35
2.1.1. Princípio do Pluralismo das Entidades Familiares.....	35
2.1.2. As famílias recompostas .....	36
2.2 Paternidade responsável e sua aplicabilidade na teoria da multiparentalidade ....	39
2.2.1. Julgado I.....	42
2.2.3 Julgado II .....	43
2.2.4 Julgado III .....	44
2.3 A decisão do STF sobre multiparentalidade: o caso concreto, a decisão e a tese aprovada .....	46
2.3.1 Caso concreto.....	46
2.3.2. Decisão do Supremo Tribunal Federal .....	47
2.3.3 Tese aprovada .....	48
2.4 Efeitos decorrentes da multiparentalidade.....	50
2.4.1 Tese inversa .....	50
2.4.2. Alteração de registro.....	51
2.4.3. Guarda.....	52
2.4.4 Alimentos.....	52
<b>3. EFEITOS SUCESSÓRIOS DA MULTIPARENTALIDADE.....</b>	<b>55</b>
3.1. Sucessão legítima.....	56

3.2 Herdeiros necessários .....	59
3.2.1 O direito de herança dos descendentes na sucessão simples .....	61
3.2.2. O direito de herança do filho multiparental na hipótese de falecimento de seus ascendentes.....	63
3.2.3. O direito de herança dos ascendentes na sucessão simples .....	66
3.2.4. O direito de herança dos ascendentes na hipótese de falecimento do filho multiparental .....	68
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>72</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>75</b>

## INTRODUÇÃO

O conceito jurídico e social de família sofreu constantes e significativas transformações ao longo dos anos. Essas, sempre acompanhadas das influências externas, isto é, ideais e costumes da sociedade à época, tornando-se praticamente impossível fixar uma ideia concreta do instituto.

Preponderantemente hierarquizado e patriarcal, o modelo familiar tradicional nos traz fortes evidências das mudanças que vem, de forma gradativa, ocorrendo em nossa esfera social. Se por um lado, tínhamos uma entidade familiar configurada por um casal, unido pelo matrimônio, juntamente de seus descendentes - em comum - e baseada em interesses meramente patrimoniais. Noutro, rompemos com tradições amarradas à sociedade há décadas, conquistando a liberdade de buscar por um espaço familiar destinado às realizações existenciais afetivas entre seus integrantes.

A gama de princípios que emergiram com o advento da Constituição Federal de 1988 deslegitimou o aglomerado de regras discriminatórias vigentes na Lei Civil de 1916. Nesse cenário, que redimensionou grande parte dos estereótipos, pode-se dizer que ganharam destaque os diferentes contornos familiares, sobretudo no que se refere ao direito de filiação - objeto da pesquisa. Foram sepultadas do ordenamento quaisquer expressões e conceituações que evidenciassem desigualdade entre suas diferentes origens: filho é filho, seja lá qual for a natureza.

Aliado aos valores conduzidos pelos princípios fundamentais do Direito de Família, o *afeto* emergiu como elemento basilar na identificação das diferentes entidades familiares, não só por ter sido elementar no processo de dissociação do casamento como única forma de constituir uma família legítima, mas também no que se refere à igualdade dos laços de filiação, distanciando do âmbito social a visão ultrapassada que concedia direitos apenas à prole biológica.

Em que pese não disponha de uma previsão legislativa, a filiação socioafetiva vem cada vez mais conquistando seu espaço na sociedade contemporânea, de modo que o afeto seja tão relevante, enquanto fator de composição da relação de parentesco, quanto a restrita filiação genética.

Nesse contexto, considerando os diferentes vínculos de filiação que surgiram até a sociedade contemporânea, emerge o instituto da multiparentalidade: seu reconhecimento implica na possibilidade de romper os paradigmas da biparentalidade, ou

seja, desatar o nó que há anos indica que o padrão social admissível é a existência de apenas dois pais.

É aqui que pesquisa assume caráter especial, a manifestação do instituto da multiparentalidade ante as diferentes espécies de filiação (na sua grande maioria pautadas pelo afeto), ganhou relevância quando da revolucionária decisão do Supremo Tribunal Federal em 2016, em sede de Repercussão Geral 622, que concedeu às famílias a possibilidade da coexistência de vínculos de filiação distintos, consoante a todos os seus efeitos jurídicos, conforme demonstra-se a partir da tese aprovada:

*“A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios”*

Em virtude dos mais variados reflexos jurídicos que atingem o indivíduo cuja paternidade se discute, assume papel protagonista de intensas discussões doutrinárias e jurisprudenciais, o efeito sucessório. Por essa razão, a pesquisa tem como intuito demonstrar os questionamentos e brechas surgidos a partir da fixação da tese pelo STF, de modo a evidenciar o posicionamento fragmentado sobre o assunto.

Assim sendo, este estudo científico visa responder a seguinte indagação: Como se dá a sucessão em caso de multiparentalidade de descendentes ou de ascendentes frente a legislação atual? A partir do supracitado questionamento a pesquisa restou seccionada em três capítulos:

No Capítulo I (*Transformação do direito de família e da filiação*) é possível evidenciar uma análise comparativa entre os aspectos que caracterizavam as famílias durante a constância do Código Civil de 1916, e o período de constitucionalização do Direito de Família em 1988, abordando alguns dos princípios e valores que possibilitaram a entrada da socioafetividade e permitiram novos vínculos de parentalidade.

O Capítulo II (*A teoria da multiparentalidade*) se dedica a demonstrar o papel importante da multiparentalidade, que provoca inúmeras consequências em diversas áreas do Direito de Família – dá-se breves pinceladas sobre os alimentos, alteração registral e guarda a partir do supramencionado instituto - e que precisam ser enfrentadas, vez que não possuem respostas prontas, desafiando, desse modo, os operadores do direito. Ainda, faz referência às primeiras manifestações doutrinárias sobre o tema e algumas decisões

judiciais que demonstram que o instituto da multiparentalidade está mais presente do que parece.

Já o terceiro e último capítulo (*Efeitos sucessórios da multiparentalidade*) aborda o mais polêmico dos efeitos decorrentes da pluriparentalidade, qual seja, os reflexos sucessórios. Aqui, foram tratadas as formas de herdar quando da sucessão ao descendente multiparental e também na ocasião dos ascendentes na condição de herdeiros, além das controvérsias que atingem a temática.

Por fim, ressalta-se que esta monografia conta com o método de abordagem dedutivo, através da mescla de leituras e pesquisas bibliográficas entre jurisprudência, doutrina e legislações.

## 1. TRANSFORMAÇÕES DO DIREITO DE FAMÍLIA E DA FILIAÇÃO

O instituto familiar consagra-se como um dos mais antigos institutos conhecidos pelo ser humano ao longo dos séculos, e desde então, vem sofrendo constantes transformações sociais que refletem pontualmente os valores e costumes de geração em geração.

Pois bem, desde o princípio, quando nem mesmo pairava nas civilizações a denominação *família*, as pessoas – e não só elas, mas os seres vivos de modo geral – já se agrupavam em clãs e acima delas havia, na maioria das vezes, a presença de um ancestral.

Nos dizeres de Maria Berenice Dias (2017, p. 37) manter vínculos afetivos não é uma prerrogativa da espécie humana. Sempre existiu o acasalamento entre os seres vivos, seja em decorrência do instinto de perpetuação da espécie, seja pela verdadeira aversão que todos têm à solidão.

Os patriarcas das famílias naturais romanas eram os detentores da autoridade no âmbito familiar, conforme disserta Arnaldo Wald (2004, p. 09): “O *pater familias* exercia a sua autoridade sobre todos os seus descendentes.” Mas não somente, dado que sua soberania abrangia, igualmente, suas respectivas esposas que, devido a sua incapacidade relativa imposta pela sociedade da época, se destinavam a servir o homem da casa.

Já numa fase posterior, caracterizada pela forte influência da Igreja Católica - protagonista da sacralização e indissolubilidade da união entre um casal – ficou estabelecido que a exclusiva maneira de constituir uma família cristã seria através do ato solene denominado casamento. (CASTRO, 2002, p. 90).

Maria Berenice Dias (2017, p. 20) em relação a igreja, salienta que a cultura católica era a base moral da sociedade. O casamento religioso era a única estrutura de união aceita, gozando da condição de sacramento regido pelas leis eclesiásticas. Chancelado pelos céus, o matrimônio não pode ser desfeito: *O que Deus uniu, o homem não separa*. Deve permanecer eterno, mesmo na doença, na tristeza e na pobreza. Mais do que uma bênção, tal imposição é quase uma condenação!

A igreja exerceu forte influência na constituição da família ao redor do mundo e não foi diferente no Brasil, conforme se verá neste capítulo, que tem como objetivo trabalhar a família segundo a legislação brasileira.

## **1.1. Direito de família e a filiação no Código de 1916;**

### *1.1.1. Aspectos gerais da Família do Código Civil de 1916*

O Código Civil Brasileiro de 1916, manteve consigo enraizada por décadas as origens históricas de um sistema romano demasiadamente patriarcal e conservador, cujo objetivo se limitava única e exclusivamente à constituição matrimonial – não havia de se falar em outra forma de constituição familiar se não pelo casamento - com interesses voltados apenas ao patrimônio e a procriação.

Nesse sentido, discorre Maria Berenice Dias (2016, p. 52): “O antigo Código Civil, que datava de 1916, regulava a família do início do século passado. Em sua versão original, trazia estreita e discriminatória visão da família, limitando-a ao casamento”. No mesmo viés, pontua Rolf Madaleno (2017): “O Código Civil de 1916 retratava esta família tradicional e exclusiva do casamento, sem nenhuma margem de opção para qualquer outra espécie de família[...]”.

O patriarcado, que dominava a esfera social do período, pautando-se a partir dos preceitos da Igreja Católica, compreendia a figura masculina como residente do topo da pirâmide, isto é, o pai denominava-se o chefe da família, no qual a servidão e obediência se faziam necessárias para àqueles que dela pertenciam, incluindo, sobretudo, a figura materna, vista preponderantemente como subordinada à autoridade marital.

É como dispõe Silvio de Salvo Venosa:

Os Códigos elaborados a partir do século XIX dedicaram normas sobre a família. Naquela época, a sociedade era eminentemente rural e patriarcal, guardando traços profundos da família da Antiguidade. A mulher dedicava-se aos afazeres domésticos e a lei não lhe conferia os mesmos direitos do homem. O marido era considerado o chefe, o administrador e o representante da sociedade conjugal. Nosso Código Civil de 1916 foi fruto direto dessa época. Os filhos submetiam-se à autoridade paterna, como futuros continuadores da família, em uma situação muito próxima da família romana. (VENOSA, 2017, p. 31).

A autonomia da vontade dos nubentes não possuía valor algum, isto é, não se levava em consideração o interesse ou atração entre ambos, muitas vezes, inclusive, nem sequer se conheciam, vez que a felicidade se posicionava em segundo plano. O intuito primordial das relações conjugais resumia-se, basicamente, em honrar o nome da família ante a sociedade e fortalecer, cada vez mais, o patrimônio desta.

Decorrente da engessada concepção de constituição familiar à época, o instituto do divórcio sequer era mencionado, isso porque, com fundamento nos princípios da Igreja, um casal que constituísse matrimônio deveria permanecer igualmente casado para

todo o sempre. Capparelli (1999, p. 20) expõe que o casamento à época era “indissolúvel, isto é, não se pode dissolver por vontade dos cônjuges, exceto pela morte”.

Havia, contudo, dentre as possibilidades de findar a sociedade conjugal quais sejam: a morte de um dos cônjuges, nulidade ou anulação, o chamado “desquite” - que vigorou até 1977, quando foi instituída a Emenda Constitucional que instaurou o divórcio -, a autorização judicial do desquite se dava apenas para uma separação de fato, impossibilitando a quebra do vínculo matrimonial. É como dispunha o artigo 315 do Código Civil de 1916:

Art. 315: A sociedade conjugal termina:

I. Pela morte de um dos cônjuges.

II. Pela nulidade ou anulação do casamento.

**III. Pelo desquite, amigável ou judicial.**

**Parágrafo único.** O casamento valido só se dissolve pela morte de um dos cônjuges, não se lhe aplicando a presunção estabelecida neste Código, art. 10, segunda parte. (grifo meu).

Paulo Lôbo (2018, p. 141-142) acrescenta:

Sob o regime do Código Civil de 1916, apenas era admitido o desquite – denominação introduzida para autorizar a separação de corpos –, que permitia a dissolução da sociedade conjugal, mas não do casamento. Com o desquite, os cônjuges legitimavam a separação de corpos, partilhava-se o patrimônio comum, definia -se o sistema de guarda dos filhos e arbitravam- se os alimentos. O desquite poderia ser amigável ou litigioso. Impedidos de casar novamente, os desquitados caíam no limbo da ilegitimidade de suas novas uniões familiares, repercutidas no número gigantesco de concubinatos, considerados meras sociedades de fato.

A possibilidade de concretizar o desquite era praticável somente a partir das opções numeradas no artigo 317 e 318 do Código: adultério, tentativa de morte, sevícia ou injúria grave, abandono voluntário do lar conjugal e, desquite por mútuo consentimento se os cônjuges estivessem casados por mais de dois anos.

A partir desse cenário, onde as relações matrimoniais se davam preponderantemente sob o patriarcado, é que surgem importantes inovações no direito de família. O Estatuto da Mulher Casada, consolidado em 1962, aboliu a incapacidade relativa da mulher que passou a contestar e contribuir nas decisões conjuntamente com o marido, inaugurando, desse modo, a ideia de igualdade entre os cônjuges. Todavia, é válido ressaltar que, devido a sociedade vivenciada à época em consonância com a autoridade depositada nos patriarcas, é que não se dissipou completamente as organizações familiares cuja última palavra vinha sempre do homem, no entanto, pode-se considerar como um primeiro passo para a isonomia entre o casal.



Venosa discorre a respeito:

A Lei nº 4.121, de 27-8- 62, Estatuto da Mulher Casada, que eliminou a incapacidade relativa da mulher casada, inaugura entre nós a era da igualdade entre os cônjuges, sem que, naquele momento, a organização familiar deixasse de ser preponderantemente patriarcal, pois muitas prerrogativas ainda foram mantidas com o varão (VENOSA, 2017, p. 31-32).

Ainda, a Lei do Divórcio, instaurada em 1977, configura também um importante marco para o avanço no Direito de Família, vez que possibilitou a dissolução do vínculo da união conjugal, que pelo instituto do desquite não se reconhecia. No entanto, houve algumas ressalvas no tocante a possibilidade desse, que abarcava apenas casais cuja separação judicial – inédita denominação atribuída ao desquite – ultrapassava o lapso temporal de três anos. Acerca disso, Paulo Lôbo salienta:

Apenas em 1977, com a Emenda Constitucional 9 e a Lei n. 6.515, de autoria do Senador Nelson Carneiro, o divórcio foi finalmente admitido no Brasil, cessando a indissolubilidade do casamento. Todavia, em solução de compromisso com os antidivorcistas, a legislação manteve o desquite, sob a denominação eufemística de separação judicial, como pré-requisito para o divórcio, pois este somente poderia ser concedido após três anos daquela (2018, p. 142).

A ideia de família como instituição sacralizada, e indissolúvel, portanto, caiu por terra com o advento da Lei do Divórcio.

### *1.1.2. Filiação no Código Civil de 1916*

Assim como as uniões conjugais e a posição das mulheres/esposas vistas como relativamente incapazes, as peculiaridades da filiação também foram objeto de discriminação quando não dadas especificamente nos moldes impostos como adequados pela sociedade. Havia uma explícita subdivisão entre filhos legítimos e ilegítimos. Simples, todos aqueles que fossem havidos fora da constância do casamento, eram taxados de ilegítimos e conseqüentemente, estavam excluídos de todos os direitos decorrentes do pai.

Nos dizeres de Paulo Lôbo (2004, p. 48) no Direito, a verdade biológica converteu-se na “verdade real” da filiação em decorrência de fatores históricos, religiosos e ideológicos, que estiveram no cerne da concepção hegemônica da família patriarcal e matrimonializada e da delimitação estabelecida pelo requisito da legitimidade. Legítimo era o filho biológico, nascido de pais unidos pelo matrimônio; os demais seriam ilegítimos.

Os filhos ilegítimos dividiam-se em: *naturais* – aqueles concebidos em uma relação conjugal cuja união não se deu por meio do ato solene denominado casamento, todavia, ausentes eram os impedimentos, isto é, os genitores estariam livres para contrair matrimônio, apenas não o fizeram (em resumo: pais solteiros). E, *espúrios* – aqueles cujos pais eram impedidos de contrair matrimônio.

Mafalda Lucchese esclarece:

Os filhos ilegítimos ainda se dividiam em naturais e espúrios. Os naturais eram os nascidos fora do matrimônio, resultantes da união de duas pessoas que não se casaram, mas poderiam fazê-lo, porquanto inexistente qualquer impedimento para tal. Os espúrios, por sua vez, eram os que decorriam da união de duas pessoas impedidas para o matrimônio (LUCCHESI, 2013, p. 233).

Por outro lado, os ilegítimos *espúrios* se subdividiam-se em incestuosos: fruto de um relacionamento impedido expressamente pelo texto legal da época. E, os adulterinos: resultantes de união extramatrimonial que, como sua própria denominação expressa, se dão em casos de adultério.

Nesse sentido, Mafalda diferencia as hipóteses de filhos espúrios:

Os filhos espúrios se subdividiam em incestuosos (fruto do relacionamento entre duas pessoas para as quais há impedimento legal para o casamento, decorrente de vínculo de parentesco) e, os adulterinos (resultantes da união entre duas pessoas, sendo uma ou ambas legalmente casadas com terceira pessoa). Estes filhos incestuosos ou adulterinos não poderiam ser reconhecidos. O Código Civil de 1916, em seu art. 358, expressamente vedava o reconhecimento, dispondo:

“Art. 358. Os filhos incestuosos e os adulterinos não podem ser reconhecidos”. (LUCCHESI, 2013, p. 233)

Outrossim, Maria Berenice Dias (2016, p. 52) salienta que: “As referências feitas aos vínculos extramatrimoniais e aos filhos ilegítimos eram punitivas e serviam exclusivamente para excluir direitos, na vã tentativa da preservação da família constituída pelo casamento.”

Relativamente à adoção – ficção jurídica pela qual se estabelecem laços de paternidade, cujo fato natural de procriação independe para sua existência -, partia-se das mesmas premissas. Herdada do Código Napoleônico, possuía requisitos muito limitados, o que prejudicava o seu recorrente uso pelas famílias da época. Segundo Arnoldo Wald (2005, p. 272): “O Código Civil, na sua redação originária, só permitia a adoção por maiores de cinquenta anos que não tivessem prole legítima, devendo o adotante ter dezoito anos a mais do que o adotado, transferindo-se, pela adoção, o pátrio poder para o adotante.”

Além disso, os filhos adotivos recebiam tratamentos discriminatórios em relação aos filhos legítimos, como explicita Arnoldo Wald (2005, p. 273): “No sistema primitivo do Código Civil de 1916, o filho adotivo era equiparado ao legítimo, mas em concorrência à herança com o filho legítimo superveniente, visto que o primeiro recebia metade da cota atribuída ao segundo.”

Apenas em 1957, com o advento da Lei n. 3.133 - que modificou o Código Civil no que diz respeito a adoção -, é que o instituto passou a ser entendido como de natureza assistencial, isto é, a idade mínima do adotante foi reduzida para trinta anos, e agora, este poderia possuir filhos legítimos, sem que isso acarretasse quaisquer prejuízos no processo de adoção. Todavia, permaneceu a possibilidade de rompimento de adoção, bem como a vinculação pelo parentesco do adotado com a família natural.

Rolf Madaleno (2017, p. 641) se manifesta:

[...] a promulgação da lei 3.133, de 08 de maio de 1957, que introduziu sete importantes modificações no regime da adoção; dentre essas mudanças se operou a redução da idade mínima de 30 anos do adotante e não mais 50 anos, e também eliminando a exigência de inexistência da prole conjugal, afora a redução para dezesseis anos como sendo a idade necessária de diferença entre o adotante e o adotado.”

Passadas algumas décadas, a partir da lei 6.697 de 1979 (Código de Menores), foram reconhecidas duas espécies de adoção no ordenamento jurídico pátrio: adoção simples – a qual emergia a partir da declaração de vontade das partes (adotante e adotado, podendo, nesse caso, haver revogação da adoção -. E, a adoção plena – esta, com o objetivo de minorar a situação dos menores, possibilitava a adoção de jovens em situação irregular (abandonados materialmente, desassistidos e etc.) cuja revogação não podia ser concretizada.

Sobre o tema, Thandra Pessoa de Sena expõe (2015, p. 54):

A Adoção Simples fazia referência adoção prevista pelo Código Civil de 1916 e pela Lei 3.122, de 08.05.1957, também chamada de simples, civil, restrita ou comum, onde o vínculo de filiação nasce de uma declaração de vontade de adotante e adotado, e não é definitivo, podendo ser revogado, pois em verdade é um negócio jurídico, não imitando assim a filiação natural, que é irrevogável. Nesse sistema a adoção se dava através de escritura pública, sem interferência judicial. O filho adotivo não rompia o vínculo com a sua família biológica, podendo, inclusive, permanecer com o nome originário.

Já a adoção Plena foi instituída pelo Código de Menores de 1979 permitindo a adoção de menores em situação irregular, com até sete anos de idade ou com mais de sete anos se, à época em que completou essa idade, já estivesse sob a guarda dos adotantes, sendo deferida, após período mínimo de um ano de estágio de convivência, computando-se para esse efeito, qualquer período de tempo, desde que a guarda tenha se iniciado antes do menos completar sete anos e comprovada conveniência da medida (art. 31) (SENA, 2015, p. 54).

Todas as distinções acerca dos diferentes tipos de filiação que surgiram durante a vigência do referido Código Civil foram deslegitimadas com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente e posteriormente com a chegada da Constituição Federal de 1988, a qual analisaremos a seguir.

## **1.2. Transformações decorrentes da constitucionalização do direito de família;**

Os anos foram se passando, novos conceitos foram emergindo na sociedade, até que em 1988 surgiu aquela que revolucionou o direito, as normas e, deixou pra trás, isto é, deslegitimou muitas das discriminações corroboradas pelas leis do nosso ordenamento jurídico à época. Agora, com fulcro nos direitos fundamentais, todos os seres humanos, independente de sua origem, raça, gênero, ou seja lá o que for, serão igualmente tratados ante as leis.

O direito de família, como um dos símbolos cruciais das relações interpessoais, também foi contemplado por tais transformações: Foram reconhecidos as mais variadas modalidades de família; a igualdade entre todos os filhos, independente de sua origem, foi concretizada; o casamento deixou de ser a única forma de união conjugal reconhecida pelo ordenamento; as relações afetivas passaram a ter um papel preponderante frente as famílias, entre outras inúmeras mudanças que, de modo geral, sobrevieram diversos benefícios à sociedade, que se viu pouco mais afastada das desigualdades.

Nessa esteira, Dóris Ghilardi (2015, p. 96) salienta que durante muito tempo se acreditou ser fundamental definir as categorias jurídicas como se fossem compartimentos estanques. Tal fato acarretou diversos problemas a vários institutos, e com a família não foi diferente. No entanto, a mesma não pode mais ser trabalhada sob esse olhar estagnado, o paradigma clássico está suplantado, casamento não é mais sinônimo de família, mas apenas uma das formas de constituí-las.

Paulo Lôbo (2018, p. 39) resgata as passagens do direito de família, como reflexo das características sociais de cada período brasileiro:

No Brasil, o direito de família refletiu as condições e modelos sociais, morais e religiosos dominantes na sociedade. Sob o ponto de vista do ordenamento jurídico, demarcam-se três grandes períodos:

I — do direito de família religioso, ou do direito canônico, que perdurou por quase quatrocentos anos, que abrange a Colônia e o Império (1500-1889), de predomínio do modelo patriarcal;

II — do direito de família laico, instituído com o advento da República (1889) e que perdurou até a Constituição de 1988, de redução progressiva do modelo patriarcal;  
III — do direito de família igualitário e solidário, instituído pela Constituição de 1988.

Rolf Madaleno (2017, p. 39) afirma que:

[...] o Direito de Família sofreu profundas mudanças com o advento da Constituição Federal de 1988, a ponto de ser defendida a prevalência de um Direito de Família Constitucional. No caminho inverso do Código Civil de 1916, formado no espírito da patrimonialização e matrimonialização das relações familiares, o novo texto civil está fincado no desenvolvimento da pessoa humana, princípio basilar da Carta Política vigente [...].

As características patrimonialistas herdadas dos séculos passados perderam espaço para a proteção dos próprios direitos humanos. Passou-se a valorizar e priorizar o ser e não mais o ter. Além disso, o autoritarismo e patriarcado trazidos pelo Código de 1916 se dissiparam no tempo, tomando seus lugares, se fazem presentes os princípios trazidos no texto constitucional como o da solidariedade, respeito à dignidade humana e igualdade.

É baseado nessa ideia, que os princípios que regem o direito de família - os quais analisaremos alguns a seguir -, emergem.

### *1.2.1 Princípio da Dignidade da Pessoa Humana*

O princípio da dignidade da pessoa humana denomina-se o mais fundamental de todos os princípios, é um macrop princípio do qual irradiam todos os demais. Ainda, explicita que na medida em que a ordem constitucional elevou a dignidade da pessoa humana a fundamento da ordem jurídica, houve uma opção expressa pela pessoa, ligando todos os institutos à realização de sua personalidade. Este fenômeno provocou a personalização dos institutos jurídicos, de modo a colocar a pessoa humana no centro protetor do direito (DIAS, 2016, p. 74-75).

Nas palavras de Paulo Lôbo (2018, p. 55): “A dignidade da pessoa humana é o núcleo existencial que é essencialmente comum a todas as pessoas humanas, como membros iguais do gênero humano, impondo-se um dever geral de respeito, proteção e intocabilidade”. Não se admitindo quaisquer condutas ou atividades que permitam objetificar a pessoa humana.

Segundo Gama (2008, p. 69), a dignidade da pessoa humana normalmente é tutelada através de duas funções distintas: a) a de proteção à pessoa humana, no sentido de defende-la de qualquer ato degradante ou de cunho desumano, contra o Estado e a

comunidade em geral; b) a de promoção da participação ativa da pessoa humana nos destinos da própria existência e da vida comunitária, em condições existenciais consideradas mínimas para tal convivência.

Nesse sentido, o princípio da dignidade da pessoa humana na seara do direito de filiação, fundamenta-se na ideia de propiciar um mínimo de resguardo e promoção dos bens indispensáveis ao desenvolvimento saudável da prole, de modo que tenha garantido direitos básicos de vivência, além do amparo afetivo, psíquico e moral pelos pais. Flávio Tartuce (2017, p. 09) disserta sobre uma das questões mais controvertidas do direito de família contemporâneo: a indenização por abandono paterno-filial e sua ligação direta com a lesão ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Se de um lado, tem-se argumentos favoráveis ao dever de indenizar por abandono afetivo com fulcro na dignidade humana, haja vista o dever dos pais de gerir a educação do filho. O entendimento contrário ampara-se substancialmente na ideia de que o amor e o afeto não podem ser impostos a alguém (TARTUCE, 2017, p. 11-12). A controvérsia, inclusive em sede de entendimentos jurisprudenciais, é, de fato, gigantesca.

Constata-se, por fim, que o referido princípio, no âmbito do direito das famílias, se ergue com o intuito de garantir que todos os membros de um núcleo familiar sejam igualmente amparados, sem que circunstâncias ou particularidades da vida comprometam sua eficácia. (LÔBO, 2002, p. 46)

#### *1.2.2. Princípio da Solidariedade Familiar*

A solidariedade familiar corresponde ao princípio cujo fundamento consiste na afeição mútua, isto é, o zelo pelo próximo. É, acima de tudo, a reciprocidade para com aqueles que contemplam nossos laços afetivos. E, em detrimento dessas características, o supracitado princípio também recai sobre as relações do direito de família.

Aos dizeres de Flavio Tartuce (2017, p. 1225): A solidariedade social é reconhecida como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil pelo art. 3.º, I, da CF/1988, no sentido de construir uma sociedade livre, justa e solidária. Por razões óbvias, esse princípio acaba repercutindo nas relações familiares, eis que a solidariedade deve existir nesses relacionamentos pessoais.

Segundo Paulo Lôbo (2018, p. 58):

A solidariedade do núcleo familiar deve entender-se como solidariedade recíproca dos cônjuges e companheiros, principalmente quanto à assistência moral e material. A solidariedade em relação aos filhos responde à exigência

da pessoa de ser cuidada até atingir a idade adulta, isto é, de ser mantida, instruída e educada para sua plena formação social. (apud BIANCA, 1989, p.15)

Assim sendo, a solidariedade que aqui tratamos não abrange tão somente aquela decorrente da obrigação de assistência familiar em sentido patrimonial, mas possui ligação direta com a afetividade, de modo que o ambiente familiar se transforme em um local onde impere os laços de afeto entre os que a compõem.

### *1.2.3. Princípio da Igualdade Familiar*

Olhando para trás é possível evidenciar que a igualdade nunca foi tida nas relações sociais dos séculos passados, nem dentro e nem fora de ambientes familiares. As famílias, regidas pelo antigo Código de 1916, como já exposto, eram majoritariamente governadas por homens cujos filhos e esposas só lhes restavam a servidão.

Com o advento da Constituição de 1988 profundas transformações ocorreram no que diz respeito a igualdade. Agora, não mais existe discriminação entre as filiações, tampouco entre marido e mulher.

Rolf Madaleno (2017, p. 46) expõe que no Direito de família a revolução surgida com o advento da Constituição Federal retirou de sua gênese o caráter autoritário e prevalência do patriarcado quando tratou de eliminar as relações de subordinação até então existentes entre os integrantes do grupo familiar.

Venosa (2017, p. 31) salienta, acerca das mudanças decorridas a partir da metade do século XX:

No direito brasileiro, a partir da metade do século XX, paulatinamente, o legislador foi vencendo barreiras e resistências, atribuindo direitos aos filhos ilegítimos e tornando a mulher plenamente capaz, até o ponto culminante que representou a Constituição de 1988, que não mais distingue a origem da filiação, equiparando os direitos dos filhos, nem mais considera a preponderância do varão na sociedade conjugal.

A união estável - ora denominada concubinato, altamente marginalizado e associado a libertinagem -, passou a ser legitimada e benquista. Rolf Madaleno (2017, p. 47). salienta que a igualdade entre cônjuges - não só deles, pois a igualdade a que este princípio se refere é a igualdade entre pessoas – contempla também todos os tipos de relação conjugal, isto é, não há mais necessidade de casar-se civilmente para merecer tratamento igualitário nas relações afetivas

Não existe mais uma família vista como legítima ou ilegítima. No nosso atual estado democrático de direito, será possível, e legítima, toda a forma de família que cumprir seu novo papel ou finalidade, qual seja, permitir a promoção da individualidade de cada um dos membros da família. (BORGES, 2013, p. 35)

No direito de filiação, como já mencionado, as mudanças também foram transformadoras. Madaleno (2018, p. 100) salienta:

Embora ao longo dos anos tenham surgido leis mitigando a discriminação da prole, foi somente com a promulgação da Constituição Federal em 1988 que terminou definitivamente sepultada qualquer designação discriminatória relativa à filiação, deixando finalmente de “punir” os filhos que não tinham tido a “felicidade” de terem sido fruto amoroso das justas núpcias.

No ancalço da Carta Política de 1988, foi, por fim, promulgada a Lei n. 7.841, de 17 de outubro de 1989, com o intuito de revogar o odioso artigo 358 do Código Civil de 1916, que vedava o reconhecimento dos filhos incestuosos e adulterinos, negando-lhes identidade, personalidade e dignidade, como se eles fossem responsáveis pelas escolhas afetivas e procriadoras de seus pais.

Chaves e Rosenvald (2013, p. 632) explicam que o Texto Constitucional de 1988 colocou definitiva pá de cal sobre um período pouco saudoso de discriminação entre os filhos. O artigo 227, § 6º da Constituição Federal foi de clareza solar ao determinar a igualdade substancial entre os filhos evitando qualquer conduta discriminatória.

No mesmo sentido, expõe Daniela Braga Paiano (2017, p. 36):

Outro princípio norteador do direito de família é o da igualdade jurídica entre os filhos, previsto no Art. 227, § 6º. Da Constituição Federal e no Art. 1596 do Código Civil atual. Por meio deste princípio o ordenamento jurídico brasileiro não admite a discriminação ou a categorização de filhos, como era feito anteriormente. Hoje não se poder falar em filhos adulterinos, ilegítimos, adotivos etc. Filho é filho, sem ser possível tal qualificação pois são todos iguais perante a lei.

Madaleno (2018, p. 505) continua explicando:

O texto constitucional em vigor habilita-se a consagrar o princípio da isonomia entre os filhos, ao pretender estabelecer um novo perfil na filiação, de completa igualdade entre todas as antigas classes sociais de perfilhação, trazendo a prole para um único e idêntico degrau de tratamento, e ao tentar derrogar quaisquer disposições legais que ainda ousassem ordenar em sentido contrário para diferenciar a descendência dos pais.

Ainda assim, com todas as transformações que atingiram a igualdade da filiação, é notório que o modelo ideal de igualdade absoluta entre os filhos não foi alcançado, uma vez que esquece a lei a filiação socioafetiva, ao menos a verdade biológica e a adotiva não mais deveriam encontrar resquício algum de diferenciação e tratamento, como ainda ocorre, inadvertidamente, quando a lei trará de presumir a paternidade tão somente no casamento, e não na união estável, e também quando outorga apenas ao marido de mulher



casada impugnar a paternidade de filho gerado por sua esposa. (MADALENO, 2018, p. 101)

De todo modo, em que pese não se tenha chegado a uma irrestrita igualdade, prevalecendo algumas diferenças no que concerne à igualdade de filiação, o supracitado princípio foi elevado ao status de direito fundamental, operando imensa transformação no direito de família, rompendo, assim, com os fundamentos jurídicos da família tradicional, principalmente quando se trata de legitimidade familiar (MALUF E MALUF, 2016, p. 68)

#### *1.2.4. Princípio da Convivência Familiar*

O princípio da convivência familiar está positivado na Constituição Federal de 1988, em seu art. 227.

Trata-se de um princípio que visa tutelar as crianças e adolescentes, compreendendo suas necessidades de convivência familiar em detrimento da fase de desenvolvimento em que se encontram. Alicerçado nisso, o supracitado princípio possui como base a própria afetividade, vez que não necessariamente a convivência com a qual o artigo se refere deva decorrer de parentesco biológico, como relata Maria Berenice Dias (2016, p. 83):

Em face da garantia à convivência familiar, há toda uma tendência de buscar o fortalecimento dos vínculos familiares e a manutenção de crianças e adolescentes no seio da família natural. Porém, no mais das vezes, melhor atende aos seus interesses a destituição do poder familiar e sua entrega à adoção. Deve prevalecer o direito à dignidade e ao desenvolvimento integral. Mas infelizmente tais valores nem sempre são preservados pela família biológica ou extensa. Daí a necessidade de intervenção do Estado, colocando-os a salvo junto a famílias substitutas. Afinal, o direito à convivência familiar não está ligado à origem biológica da filiação. Não é um dado, é uma relação construída no afeto, não derivando dos laços de sangue.

Além disso, o princípio que aqui tratamos também se insere em contextos do exercício do poder familiar.

Paulo Lôbo (2018, p. 74) elucida:

A convivência familiar também perpassa o exercício do poder familiar. Ainda quando os pais estejam separados, o filho menor tem direito à convivência familiar com cada um, não podendo o guardião impedir o acesso ao outro, com restrições indevidas. Por seu turno, viola esse princípio constitucional a decisão judicial que estabelece limitações desarrazoadas ao direito de visita do pai não guardião do filho, pois este é titular de direito próprio à convivência familiar com ambos os pais, que não pode restar comprometido.

Destarte, em razão da situação vulnerável e dependente de crianças e adolescentes, decorre uma limitação ao exercício do poder familiar que, respaldado na Constituição Federal e Estatuto da Criança e Adolescente tem como objetivo principal - ancorados no princípio da convivência familiar - a proteção integral da criança.

#### *1.2.5. Princípio do Melhor Interesse da Criança*

O princípio do melhor interesse da criança foi herdado das transformações ocorridas no âmbito do direito de família que, até então, mantinha a criança a mercê dos pais, ocupando, na pirâmide que caracterizava a família tradicional, a escala mais baixa dentre os demais membros. Em vista disso, a criança, a partir do referido princípio, toma o papel principal dentro do âmbito familiar, de modo que todas as decisões tomadas sejam em prol do melhor que lhe convém.

Paulo Lôbo (2018, p. 75) explica que as crianças, bem como os adolescentes, devem ter seus direitos tratados com prioridade pelo Estado, pela Sociedade e pela família:

Em verdade ocorreu uma completa inversão de prioridades, nas relações entre pais e filhos, seja na convivência familiar, seja nos casos de situações de conflitos, como nas separações de casais. O pátrio poder existia em função do pai; já o poder familiar existe em função e no interesse do filho. Nas separações dos pais o interesse do filho era secundário ou irrelevante; hoje, qualquer decisão deve ser tomada considerando seu melhor interesse. (LÔBO, 2018, p. 75)

Diante deste quadro, o menor ganha destaque especial no ambiente familiar, em razão de ainda não ter alcançado maturidade suficiente para conduzir sua própria vida sozinho. Necessidade de alguém que exerça a função materna e paterna para lhe conduzir ao exercício de sua autonomia (PEREIRA, 2004, p. 90).

### **1.3. Filiação socioafetiva como um novo paradigma**

Pode-se dizer que filiação é o vínculo existente entre pais e filhos representado pela relação de parentesco consanguíneo, inseminação artificial ou tão somente pela afetividade resultante da posse do estado de filho.

Lôbo (2018, p. 215) sustenta:

Filiação é a relação de parentesco que se estabelece entre duas pessoas, uma das quais nascida da outra, ou adotada, ou vinculada mediante posse de estado de filho ou por concepção derivada de inseminação artificial heteróloga. [...]

Filiação procede do latim *filiatio*, que significa procedência, laço de parentesco dos filhos com os pais, dependência, enlace.

O autor leciona que posse de estado de filiação refere à situação fática na qual uma pessoa desfruta do status de filho em relação a outra pessoa, independentemente dessa situação corresponder à realidade legal. É uma combinação suficiente de fatos indicando um vínculo de parentesco entre uma pessoa e sua família que ela diz pertencer (LÔBO, 2018, p. 236):

Rolf Madaleno (2017, p. 497), no que diz respeito a socioafetividade, esclarece que a nova estrutura familiar brasileira passa a dar mais valor aos laços afetivos, e aduz já não ser suficiente a descendência genética, ou civil, sendo fundamental para a família atual a integração dos pais e filhos através do sublime sentimento de afeição.

Neto, Jesus e Melo (2017, p. 1709), também se manifestam, afirmando que a filiação que ora mencionamos, não está mais adstrita às relações biológicas ou civis, estendendo-se às relações socioafetivas ou provenientes de inseminações artificiais, regida pelo princípio constitucional da igualdade jurídica de todos os filhos.

A partir da contribuição de outros ramos do conhecimento (o preponderante papel da psicanálise, por exemplo), houve a constatação de que a figura do pai é funcionalizada, vez que é construída ao longo do convívio cotidiano, independentemente de transmissão de carga genética (FARIAS e ROSENVALD, 2011, p. 613)

Juliane Fernandes Queiroz (2010, p. 165) esclarece um pouco mais quando expõe que direitos de filiação e, por conseguinte, deveres de paternidade envolvem a constituição de valores e da singularidade da pessoa e de sua dignidade humana, adquiridos principalmente na convivência familiar durante a infância e adolescência. O que significa que estes deveres nem sempre são exercidos pelo genitor, mas certamente serão exercidos pelo pai. (apud LÔBO, 2006, p. 796).

Rolf Madaleno (2017, p. 497) elucida a relevância da filiação socioafetiva nas famílias contemporâneas:

Acresce possuírem a paternidade e a maternidade um significado mais profundo do que a verdade biológica, onde o zelo, o amor filial e a natural dedicação ao filho relevam uma verdade afetiva, um vínculo de filiação construído pelo livre-desejo de atuar em interação entre pai, mãe e filho do coração, formando verdadeiros laços de afeto, nem sempre presentes na filiação biológica, até porque a filiação real não é a biológica, e sim cultural, fruto dos vínculos e das relações de sentimento cultivados durante a convivência com a criança e o adolescente. (apud DELINSKI, 1997, p. 19)

Nessa esteira, expõe Heloisa Helena Barboza (2013, p. 115) “[...] as relações familiares verdadeiras são afetivas, embora muitas relações familiares jurídicas não o sejam. A verdadeira família é uma comunhão de afetos, antes de ser um instituto jurídico.”

Assim, o que se pode extrair da socioafetividade é que, atualmente, a perspectiva do instituto da família é bem distinta, com relação àquela legitimada no Código Civil de 1916, isto é, há uma maior flexibilização nos próprios ambientes familiares que reconhecem e priorizam o valor jurídico do afeto enquanto fator relevante e estruturante para a constituição das famílias contemporâneas.

#### **1.4. Filiação biológica e socioafetiva.**

Com a pretensão de estabelecer um novo perfil à filiação, esta foi desassociada do casamento de modo a ser pautada a partir das relações de afeto, consanguinidade e outros meios legítimos, que não aqueles impostos a partir das legislações anteriores, como já estudado em momento oportuno.

Chaves e Rosenvald (2018, p. 574) explicam que para que seja vivenciada a experiência da filiação, não é necessária a geração biológica do filho, isto é, para que se efetive a relação filiatória não é preciso haver transmissão de carga genética, pois o seu elemento essencial está na vivência e crescimento cotidiano, na incessante busca pelo desenvolvimento pessoal (o que se chama, usualmente, de felicidade).

Família e filiação constituem-se no conjunto de pessoas que possuem grau de parentesco ou não entre si e convivem em harmonia. Ainda, importante frisar que a filiação se deslocou da família e os direitos das crianças e adolescentes devem, sempre que possível, ser analisados de forma autônoma da entidade familiar. (DIAS, 2017, p. 35)

##### *1.4.1 Filiação Biológica*

Filiação biológica trata-se do vínculo de parentesco consanguíneo existente entre um filho e aqueles que o geraram. Fabio Ulhoa Coelho (2016, p. 157) especifica que há a possibilidade de haver filiação biológica natural ou não natural. Na filiação biológica natural, o filho é concebido a partir do contato sexual entre os genitores. Já na filiação biológica não natural, o filho é concebido em decorrência do emprego de técnica de reprodução assistida homóloga, nela, os gametas (espermatozoide e óvulo) são fornecidos

pelos próprios contratantes do serviço, isto é, pelo homem e mulher que almejam a paternidade, mas não têm obtido êxito no método natural de gravidez.

Sobre o tema, registram Pamplona e Gagliano (2017, p. 1291) que a concepção artificial homóloga se difere da heteróloga visto que aquela é realizada com material genético de ambos os cônjuges, e essa é realizada com material genética de terceiro, isto é, alguém alheio à relação conjugal. Sendo assim, havidos por fecundação artificial homóloga, ainda que com falecimento posterior do marido, não é possível afastar a presunção de paternidade, haja vista tratar-se de situação consolidada.

Ainda, Rolf Madaleno (2017, p. 539), parafraseando Tycho Brahe Fernandes, informa que as técnicas de reprodução assistida são avanços biotecnológicos criados para contornar os problemas de esterilidade e solucionar alguns de infertilidade

Atualmente, devido ao avanço tecnológico que alcançamos, é possível se chegar a uma verdade real exponencialmente mais contundente que há alguns anos, vez que a origem genética era definida de maneira muito mais duvidosa, inexistindo, por exemplo, a presença de instrumentos como o exame de DNA para a investigação de paternidade.

Madaleno (2017, p. 539) se manifesta no mesmo sentido: A excelência científica alcançada nas áreas medica e biológica, com análise técnica do material genético do DNA, permite, com certeza absoluta, excluir a paternidade ou a maternidade, colacionando índices de afirmação da vinculação genética na ordem dos 99,99%.

De acordo com Paulo Nader (2016, p. 453), definir a paternidade é importante em face dos múltiplos direitos e deveres decorrentes do parentesco, especialmente de primeiro grau, e, ainda, pela necessidade que os seres humanos possuem, sobretudo de natureza psicológica e emocional, de conhecer a identidade de seus pais.

Consoante às classificações da filiação biológica, cabe destacar que, em que pese existam, a filiação biológica, nos dizeres de Maria Berenice Dias (2017, p. 40), não deixa de ser também um vínculo afetivo, isso porque o elo biológico gera relação afetiva entre pais e filhos.

### *1.4.2 Filiação Socioafetiva e a afetividade*

#### *1.4.2.1 Afetividade*

A partir das novas concepções familiares que foram emergindo, muitas foram também as transformações ocorridas nos lares. O tempo passou e se encarregou de distanciar os requisitos impostos pelos padrões sociais que conferiam legitimidade às famílias da época. A afetividade foi um dos valiosos fatores que ocasionaram mudanças nas estruturas familiares.

De acordo com Paulo Lôbo (2018, p. 73) a concepção contemporânea da família como lugar de realização dos afetos, difere daquela na qual o afeto era secundário. A força da afetividade reside exatamente nessa aparente fragilidade, pois é o único elo que mantém pessoas unidas nas relações familiares.

A grande maioria dos estudiosos da área entendem a afetividade como um dos princípios norteadores das famílias atuais, isso porque, para esses, a sua presença é fundamental como elemento inspirador na constituição das famílias. Gagliano e Pamplona (2018, p. 1153) - um dos autores que defendem essa perspectiva - explicam que todo o moderno direito de família gira em torno do princípio da afetividade.

Segundo Dias (2017, p. 34), a afetividade coloriu as relações conjugais e se espalhou para os vínculos parentais, formando um caleidoscópio de formatos vivenciais que não podem deixar de gerar sequelas jurídicas. Foi o princípio da afetividade que autorizou e deu sustentação à construção da teoria da parentalidade socioafetiva, permitindo compreender e considerar a família para muito além dos laços jurídicos e da consanguinidade. (apud PEREIRA, 2015, p. 14)

Noutro norte, a afetividade, como princípio jurídico, não se confunde com o afeto, como fato psicológico ou anímico, porquanto pode ser presumida quando este faltar na realidade das relações. Desse modo, a afetividade é dever imposto aos pais em relação aos filhos e destes em relação àqueles, ainda que haja desamor ou desafeição entre eles. (LÔBO, 2018, p. 71)

#### *1.4.2.2. Filiação socioafetiva*

Há determinadas circunstâncias que têm marcado a evolução do direito de família contemporâneo do Brasil de forma surpreendente. É o caso da consideração da

socioafetividade como categoria jurídica e a consequente pluralidade de verdades reais de filiação e de entidades familiares (LÔBO, 2010, p. 452).

Bem, não resta quaisquer dúvidas que, historicamente, a filiação biológica sempre prevaleceu ante a socioafetiva. Todavia, é notório o merecido reconhecimento adquirido por essa espécie de parentesco até os dias de hoje, que possibilitou um novo conceito às entidades familiares – ainda que, expressamente, não há nenhum dispositivo que a contemple em nosso ordenamento jurídico.

Nesse sentido, evidencia Paulo Lôbo (2004, p. 05) que afeto não é fruto da biologia. Os laços de afeto e de solidariedade derivam da própria convivência e não do sangue. A história do direito à filiação confunde-se com o destino do patrimônio familiar, visceralmente ligado à consangüinidade legítima. Por isso, é a história da lenta emancipação dos filhos, da redução progressiva das desigualdades e da redução do *quantum* despótico, na medida da redução da patrimonialização dessas relações.

A filiação socioafetiva é fato jurídico cujo suporte fático é composto de elementos sociais e elementos afetivos. A convivência familiar, que o art. 227 da Constituição considera integrante do melhor interesse da criança, é fato entretecido em relações sociais duradouras, com objetivo de constituição familiar, o que as distingue de outras relações sociais embasadas também no afeto, como uma amizade. (LÔBO, 2010, p. 455),

Acerca da socioafetividade, alude Maria Berenice Dias (2017, p. 429):

A constância da relação entre pais e filhos caracteriza uma paternidade que existe não pelo simples fato biológico ou por força de presunção legal, mas em decorrência de uma convivência afetiva. Constituindo o vínculo da parentalidade, mesmo quando desligado da verdade biológica, prestigia-se a situação que preserva o elo da afetividade. Pai afetivo é aquele que ocupa, na vida do filho, o lugar do pai, desempenha a função de pai. É uma espécie de adoção de fato. É aquele que ao dar abrigo, carinho, educação, amor ao filho, expõe o foro mínimo da filiação, apresentando-se em todos os momentos, inclusive naqueles em que se toma a lição de casa e ou verifica o boletim escolar. Enfim, é o pai das emoções, dos sentimentos e é o filho do olhar embevecido que reflete aqueles sentimentos que sobre ele se projetam. (apud BOEIRA, p. 54; CHAVES E ROSENVALD, p. 120)

Rolf Madaleno (2017, p. 498) destaca que o real valor jurídico está na verdade afetiva e jamais sustentada na ascendência genética, porque essa, quando desligada do afeto e da convivência, apenas representa um efeito da natureza, quase sempre resultado de um indesejável acaso, obra de um indesejável descuido e da pronta rejeição

Ademais, complementa Madaleno (2017, p. 499) que a filiação consanguínea deve coexistir com o vínculo afetivo, isso porque junto a ele se completa a relação parental. Não há como aceitar uma relação de filiação apenas biológica sem ser afetiva, externada quando o filho é acolhido pelos pais que assumem plenamente suas funções inerentes ao poder familiar [...]

Sob essa perspectiva, importante destacar que os laços socioafetivos que emergem entre pai (ou mãe) e filho, são tão enrijecidos que, uma vez constatada a filiação, não é possível desconsiderá-lo em momento posterior, ainda que, eventualmente, o casal venha a desconstituir a relação conjugal. Em função disso – em consonância com a ausência de disposição expressa em nosso ordenamento acerca da filiação socioafetiva – inúmeros foram os casos que recorreram ao judiciário a fim de reconhecer a supracitada filiação.

Necessário, para o merecido reconhecimento, seja comprovada a posse de estado de filho, direito personalíssimo, indisponível e imprescritível que se correlaciona diretamente ao princípio da dignidade humana, mas que vai muito além de um mero auxílio econômico, ou psicológico. Maria Berenice Dias (2017, p. 428) aponta os requisitos necessários para sua configuração:

[...] a doutrina atenta a três aspectos: (a) *tractatus* – quando o filho é tratado como tal, criado, educado e apresentado como filho pelo pai e pela mãe; (b) *nominatio* – usa o nome da família e assim se apresenta; e (c) *reputatio* – é conhecido pela opinião pública como pertencente à família de seus pais. Trata-se de conferir à aparência os efeitos da verossimilhança que o direito considera satisfatória.

Noutro norte, destaca-se que dentre as várias possibilidades de socioafetividade, a adoção constitui, de acordo com o Código Civil de 2002, uma das modalidades de filiação civil.

A total igualdade de direitos entre os filhos biológicos e os que foram adotados demonstra a opção da ordem jurídica brasileira, principalmente constitucional, pela família socioafetiva. A filiação não é um dado da natureza, e sim uma construção cultural, fortificada na convivência, no entrelaçamento dos afetos, pouco importando sua origem. Nesse sentido, o filho biológico é também adotado pelos pais, no cotidiano de suas vidas (LÔBO, 2013, p. 273).

Ademais, importante evidenciar que, de modo geral, a adoção não apenas atende a interesses particulares, de um lado suprimindo carências afetivas dos pais e, de outro, proporcionando família substituta a menores, mas também da própria sociedade, pois crianças e adolescentes desamparados, sem um lar que lhes proporcione ambiente e condições indispensáveis ao crescimento físico e moral, é um problema a desafiar a



solidariedade coletiva. Por outro lado, é fundamental a organização de mecanismos de proteção e estímulos ao desenvolvimento saudável dos menores, sob pena de comprometimento da paz social (NADER, 2016, p. 514-515)

Assim, como pode-se perceber, a filiação, seja lá qual for a sua origem, é respaldada pela socioafetividade que, de todo, é o que tem de mais relevante e elementar na caracterização das famílias dos dias atuais, vez que, pautadas pelo zelo e carinho mútuo entre seus parentes, vivem pela manutenção de uma boa relação familiar.

## 2. A TEORIA DA MULTIPARENTALIDADE

Configurando uma realidade eminente em nossa esfera social, a teoria da multiparentalidade representa um dos fatores que romperam com a concepção tradicional de família cujo intuito principal – ou um deles - atentava-se a ideia de perpetuar uma relação patriarcal e patrimonialista que visava tão somente aos interesses do chefe da família. Ainda, deslegitimava os filhos havidos fora do casamento lhes estabelecendo rótulos discriminatórios.

No cenário em que vivemos atualmente, onde a pluralidade e o afeto tomaram conta das relações parentais, é possível perceber que a diversidade de vínculos presente nas famílias contemporâneas, sairia prejudicada se limitada fosse a coexistência da filiação socioafetiva e biológica.

Chaves e Rosenvald (2017, p. 616) expõem que, amparados no princípio constitucional da igualdade entre os filhos, algumas vozes passaram a defender a possibilidade de multiparentalidade, propagando a possibilidade de concomitância na determinação da filiação de uma mesma pessoa. Isto é, advogam a possibilidade de uma pessoa ter mais de um pai e/ou mãe simultaneamente, produzindo efeitos jurídicos em relação a todos eles a um só tempo.

Gagliano e Pamplona Filho (2017, p. 655-656) discorrem de maneira esclarecedora acerca da importância do tema:

A visão tradicional sobre a filiação é no sentido de que o seu reconhecimento resultaria em uma dual perspectiva de parentalidade (em primeiro grau): o(os) filho(os) vinculam-se a um pai e a uma mãe. Todavia, seria isto uma verdade absoluta? Definitivamente, esse posicionamento, quase um dogma, é algo que deve ser mais bem analisado diante da multiplicidade de situações da vida.

De fato, será que, com o advento de uma visão mais aberta das relações de família, com admissão de novas formas de composição familiar, não seria hora de rever este aparente dogma? Não que ele seja equivocado. Mas ele responderia com justiça a todas as exigências da vida? Notadamente com o prestígio que se dá, hodiernamente, à parentalidade socioafetiva, não haveria sido descortinado novo horizonte para o reconhecimento da possibilidade jurídica da multiparentalidade?

Ou seja, será que não é o momento de se amparar, juridicamente, a situação – muitas vezes ocorrente – de um filho possuir dois pais ou duas mães? Se não existe hierarquia entre os parâmetros de filiação, por que forçar a exclusão de alguém que é visto como pai ou mãe de uma criança?

Respondendo a esta pergunta, vem a lume o tema da multiparentalidade, qual seja, uma situação em que o indivíduo tem mais de um pai e/ou mais de uma mãe, simultaneamente, produzindo-se efeitos jurídicos em relação a todos eles.

Discorre Rolf Madaleno (2018, p. 498) que na teoria da multiparentalidade não se chega ao extremo de negar o valor da filiação socioafetiva, mas a escolha reside em admitir ou não, que uma pessoa possa ter duas ou mais mães, ou dois ou mais pais, atribuindo todos os efeitos jurídicos dessa multifacetada parentalidade.

Finalmente, vale mencionar que o instituto, em que pese tenha a intenção de registrar um novo pai ou mãe, se distingue da modalidade de adoção prevista no artigo 41 do Estatuto da Criança e do Adolescente (adoção unilateral), vez que não se preocupa em excluir um dos pais biológicos, nem destituir o poder familiar do genitor, mas, apenas, incluir pais socioafetivos no registro civil, de modo que se reconheça juridicamente situação real e corriqueira nas famílias contemporâneas.

No mesmo sentido leciona Dias (2015, p. 05) abandonou-se como única possibilidade a chamada adoção unilateral, em que há exclusão do nome de um genitor para a inserção do nome do cônjuge ou do companheiro de quem permaneceu com o filho sob sua guarda.

## **2.1 Novas configurações de famílias: as famílias recompostas como cenário para a Multiparentalidade**

Considerando os - cada vez mais comuns - casos de famílias reconstituídas em nosso âmbito social, importante mencionar, de imediato, um dos princípios do direito de família que assegura a legitimidade das famílias recompostas, qual seja, o princípio do pluralismo das entidades familiares, o qual analisaremos a seguir.

### *2.1.1. Princípio do Pluralismo das Entidades Familiares*

Assim como a igualdade, liberdade, e os demais princípios norteadores do direito de família que foram amplamente reconhecidas a partir da Carta Constitucional de 1988, o princípio do pluralismo das entidades familiares também teve seu caráter fundamental no que concerne a legitimidade dos diferentes tipos de família que, agora, não mais se limitam àquela tradicional constituída através do matrimônio por um pai, uma mãe e sua prole.

Dessa forma, delineia Cesar Fiuza (2016, p. 700) “No Brasil, de suma importância foi a Constituição de 1988, que consagrou a família plural, desvinculando a célula familiar do casamento e admitindo expressamente outras modalidades de família.”

Sobre essa nova conjuntura, Maria Berenice Dias elucida (2016, p. 81):

Com a Constituição Federal, as estruturas familiares adquiriram novos contornos. Nas codificações anteriores, somente o casamento merecia reconhecimento e proteção. Os demais vínculos familiares eram condenados à invisibilidade. A partir do momento em que as uniões matrimonializadas deixaram de ser reconhecidas como a única base da sociedade, aumentou o espectro da família. O princípio do pluralismo das entidades familiares é encarado como o reconhecimento pelo Estado da existência de várias possibilidades de arranjos familiares (apud FILHO, 2002, p. 145).

Todavia, em que pese a Constituição Federal consagre, em seu artigo 266, apenas três modalidades familiares – matrimonial, monoparental e a proveniente da união estável -, é necessário ressaltar que essa previsão constitucional não é taxativa, estando protegida toda e qualquer entidade familiar fundada no afeto, esteja ou não, contemplada expressamente da dicção legal (FARIAS E ROSENVALD, 2018, p. 45).

Portanto, é a partir da Constituição da República que se extrai o sustentáculo para a aplicabilidade do referido princípio, vez que em seu preâmbulo, além de instituir o Estado Democrático de Direito, estabelece que devem ser garantidos os direitos sociais e individuais, bem como a liberdade e a igualdade. Sobretudo da garantia de liberdade e igualdade, sustentadas pelo macrop princípio da dignidade, que é que se extrai a aceitação da família plural, que vai muito além daquelas previstas constitucionalmente e, principalmente diante da falta de previsão legal. (PEREIRA, 2016, p. 167)

### *2.1.2. As famílias recompostas*

A liberdade concedida aos cônjuges em buscar pelo instituto do divórcio, desvencilhou a união conjugal do paradigma dos matrimônios indissolúveis. Assim, não havendo mais sentimentos satisfatórios, pereceu a ideia de insistir numa convivência familiar já falida.

Sem temer a represálias, bem como qualquer prejuízo às suas reputações, as pessoas tornaram-se livres para seguirem o caminho da felicidade, sem que fosse necessário perpetuar relacionamentos sem valor afetivo algum. Nessa perspectiva, fez-se aflorar uma nova realidade: a emergência de novas e misturadas famílias, também conceituada como famílias recompostas.

Rolf Madaleno (2017, p. 10-11) explica que a partir do casamento é comum que surjam diferentes ciclos familiares experimentados depois da separação, ficando a prole com a mulher em uma nova concepção familiar, dessa feita uma entidade monoparental (pai ou mãe e seus filhos). Seguindo sua trajetória de vida e, sobrevivendo ou não o divórcio, ela se casa novamente e estabelece uma união estável e passa a constituir uma nova

família, que não tem identificação na codificação civil, e passou a ser chamada de família reconstituída, mosaica ou pluriparental.

Paulo Lôbo (2018, p. 89) conceitua as famílias recompostas:

Se constituem entre um cônjuge ou companheiro e os filhos do outro, vindos de relacionamento anterior. [...] A criança passa a conviver com o novo marido ou companheiro da mãe - ou nova mulher ou companheira do pai - que exerce as funções cotidianas típicas do pai ou da mãe que se separou para viver só ou constituir nova família recomposta.

Ricardo Calderón justifica a necessidade da legitimação da multiparentalidade a partir das reiteradas famílias recompostas, exemplificando:

Outro fator que fomentou a possibilidade de casos de multiparentalidade certamente foi o número crescente de famílias recompostas, cada vez mais frequentes. Observe-se o seguinte modelo familiar: um casal heteroaffectivo jovem tem um filho logo no início do relacionamento. Pouco tempo depois, o casal se divorcia e o filho continua residindo com a mãe, já distante do pai biológico. A seguir, a mãe estabelece uma nova relação com um outro homem (seu novo companheiro), que passa a conviver diariamente com ela e o filho dela de forma afetiva, pública e duradoura, por longo tempo, assumindo a função paterna de fato (socioafetiva). Por consequência, esse filho terá duas referências paternas: um 'pai biológico' (o genitor) e outro 'pai socioafetivo' (o novo companheiro de sua mãe). (2017, p. 213)

Destaca Madaleno (2017, p. 11) que com a disseminação dos divórcios e até mesmo das dissoluções das inúmeras uniões estáveis vão surgindo as figuras dos padrastos e das madrastas, dos enteados e das enteadas, que passam a integrar uma nova relação familiar proveniente dos vínculos que se formam entre um dos membros do casal e os filhos do outro. São essas pessoas que constituem o eixo central das famílias recompostas.

Nessa lógica, imprescindível mencionar os rótulos negativos estabelecidos tradicionalmente às madrastas e padrastos (membros das famílias recompostas):

Não bastam os vocábulos disponíveis para diferenciar o par formado por quem é egresso de relacionamentos anteriores. A prole de cada um também não dispõe de uma palavra que permita identificar quem seja, por exemplo, o companheiro da mãe; o filho da mulher do pai diante de seu próprio filho, e ainda o novo filho desta relação frente aos filhos de cada um dos pais. Claro que termos madrasta, padrasto, enteado, assim como as expressões filho da companheira do pai ou filha do convivente da mãe, meio-irmão e outras não servem, pois trazem uma forte carga de negatividade, ainda resquício da intolerância social, por lembrarem vínculos pecaminosos. (DIAS, 1999, p. 34)

Reafirmando os dizeres de Silvia Tamayo Haya, Rolf Madaleno (2017, p. 11) explana a real existência de uma aversão social e jurídica pelas figuras dos padrastos e madrastas e que essa hostilidade histórica é responsável pela dificuldade que se verifica

com a entrada no cenário legal e jurídico desses novos sujeitos de responsabilidade. (apud HAYA, 2009, p. 15)

Assim, há uma forte tendência em aderir novas denominações para os integrantes das famílias mosaico. Como sugestão Waldyr Grisard Filho (2010, p. 91) recomenda que sejam intituladas as madrastas como mães afim, os padrastos como pais afim, e os enteados como filhos afim.

Os enteados conquistaram o direito de adotar o nome da família do padrasto ou madrasta a partir da Lei 11.924 de 2009, que alterou o artigo 57 da Lei 6.015/73. A referida lei ainda acrescentou um parágrafo na Lei de Registros Públicos para permitir que o enteado ou enteada, havendo motivo ponderável, possa requerer ao juiz que, no seu registro de nascimento seja averbado o nome de família de seu padrasto, ou de sua madrasta, desde que exista expressa concordância destes e do genitor, sem prejuízos de seus apelidos de família. É a adoção do sobrenome do parceiro de seu pai ou de sua mãe, dentro da nova família constituída por um de seus progenitores. (MADALENO, 2017, p. 13)

Todavia, não há na legislação vigente regulamentada pelo Código Civil, nenhum dispositivo tratando dos direitos sucessórios entre pais e filhos afins, isto é, ainda que o padrasto tenha criado seu enteado como próprio filho durante toda a sua vida, somente será considerado herdeiro se for beneficiado pelo testamento (que não configura um efeito próprio e natural decorrente do vínculo afetivo entre ambos) ou adotado pelos pais afins (MADALENO, 2017, p. 13).

Pois bem, a partir desse contexto, é possível evidenciar o quão recorrente tem sido a existência de famílias com relação de parentesco mantidas por afinidade. Tal circunstância, por sua vez, consagra a importância de discussões no que diz respeito a multiparentalidade que, como Gonçalves (2016, p. 514) explica, consiste no fato de o filho ter dois pais ou mães reconhecidos pelo direito, o biológico e o socioafetivo, em função da valorização da filiação socioafetiva

Kirch e Copatti (2013, p. 339) também lecionam a respeito:

A multiparentalidade significa a legitimação da paternidade/maternidade do padrasto ou madrasta que ama, cria e cuida de seu enteado (a) como se seu filho fosse, enquanto que ao mesmo tempo o enteado (a) o ama e o(a) tem como pai/mãe, sem que para isso, se desconsidere o pai ou mãe biológicos. A proposta é a inclusão no registro de nascimento do pai ou mãe socioafetivo permanecendo o nome de ambos os pais biológicos.

Maria Berenice (2013, p. 385) salienta, ainda, que pode-se estabelecer a filiação pluriparental em face do novo cônjuge ou companheiro de um dos pais, contanto que se verifique a posse de estado de filho também com relação a eles, sem excluir o vínculo com o genitor. Tanto é este o caminho que já há a possibilidade da inclusão do sobrenome do padrasto no registro do enteado

Nesse contexto, Dias (2017, p. 432) soma às suas ponderações afirmando que para o reconhecimento da filiação pluriparental, basta flagrar a presença do vínculo de filiação com mais de duas pessoas. A pluriparentalidade é reconhecida sob o prisma da visão do filho, que passa a ter dois ou mais novos vínculos familiares. Existindo simultaneamente vínculos parentais afetivos e biológicos, mais do que apenas um direito, é uma obrigação constitucional reconhecê-los, na medida em que preserva direitos fundamentais de todos os envolvidos, sobretudo o direito à afetividade.

## **2.2 Paternidade responsável e sua aplicabilidade na teoria da multiparentalidade**

O princípio constitucional da paternidade responsável positivado no artigo 226, parágrafo 7º da nossa Carta Maior, tem como fundamento a responsabilidade na concepção de uma criança, devendo se estender durante todo o processo de desenvolvimento como forma de proteção integral das crianças e adolescentes.

Este, é respaldado na liberdade e na dignidade da pessoa humana, dispondo que não cabe ao estado intervir no planejamento das entidades familiares da mesma forma que intervém em outras relações civis. Assim, cabe ao casal, respeitando a integridade física e psicológica dos menores - caso optem por terem filhos -, a criação e educação desses.

De forma mais usual, é o mesmo que dizer que a partir da escolha de conceber uma nova vida, o casal deve responsabilizar-se pela criança de modo a priorizar e garantir todos os direitos reservados à ela, bem como uma vida digna e, sobretudo, a afetividade, para que a criança se sinta, de fato, prezada e amada pela família a que pertence. Rodrigo da Cunha Pereira (2004, p. 112) ratifica: “No texto constitucional está prevista também a liberdade do casal, no que concerne ao planejamento familiar, com fundamento nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável.”

Ainda, importante mencionar que a assistência dos pais para com os menores não se limita ao amparo material, ou patrimonial, como entende Paulo Lôbo (2018, p. 313): “o princípio da paternidade responsável estabelecido no art. 226 da Constituição não se

resume ao cumprimento do dever de assistência material. Abrange também a assistência moral, que é dever jurídico cujo descumprimento pode levar à pretensão indenizatória.”

A teoria da multiparentalidade roubou os holofotes das discussões jurídicas no âmbito do direito de família e, baseado no princípio da igualdade entre os filhos, cuja hipótese de exclusão de uma espécie de filiação em detrimento da outra tornou-se uma circunstância completamente inadmissível, Belmiro Pedro Welter apresentou a teoria tridimensional, num momento oportuno no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul onde, em um caso concreto, se disputava a prevalência da paternidade socioafetiva sobre a biológica.

Welter (2009, p. 129) sustenta a teoria que qualifica o ser humano como detentor de três dimensões: biológica, socioafetiva e ontológica: “o ser humano não é apenas genético, ou tão só afetivo, e nem genético e afetivo, mas, sim, uma condição humana genética e afetiva e ontológica, ao mesmo tempo”. Assim, o autor defende a ideia de igualdade entre as diferentes modalidades de filiação, bem como todos os efeitos decorrentes dessas, sem hierarquizá-las visto que cada ser humano, na sua individualidade, ocupa sua função ante sua respectiva família e deve ter o direito de desfrutar da sua condição de pai/mãe ou seja lá o que for sem ser censurada.

Prossegue, salientando que:

O ser humano é um todo tridimensional e, ao mesmo tempo, uma parte genética, afetiva e ontológica, tendo à sua disposição todos os direitos e desejos desses três mundos, uma vez que a existência é uma formação contínua de eventos, pelo que, nas ações de investigação de paternidade/maternidade genética e afetiva, devem ser acrescidos todos os direitos daí decorrentes, como alimentos, herança, poder/dever familiar, parentesco, guarda compartilhada, nome, visitas, paternidade/maternidade genética e afetiva e demais direitos existenciais. (WELTER, online)

Parafraseando o fundador da teoria, Chaves e Rosenvald (2017, p. 617) salientam que a compreensão do ser humano não é efetivada somente pelo comportamento com o mundo das coisas (genético), como vem sendo sustentado na cultura jurídica ocidental, mas também pelo modo de ser-em-família e em sociedade (mundo afetivo), e sobretudo, pelo modo de se relacionar com si próprio (mundo ontológico). Vivemos em um século que não mais reconhece a família com o único objetivo de procriar, mas, essencialmente, com a liberdade de constituição democrática, afastando-se conceitos prévios, principalmente religiosos, na medida em que a família se configura como diálogo, conversação infinita e modos de ser-no-mundo-genético, de-ser-no-mundo-(des)afetivo e de-ser-no-mundo-oncológico. Assim, considerando que todo ser humano é, em um só tempo, oncológico, biológico e (des)afetivo, conclui pela existência da “trilogia



familiar'', e, por conseguinte, pela possibilidade de estabelecimentos de três vínculos paternos e maternos.

Nesse vértice, deixar de reconhecer a perspectiva genética, ou vice e versa, em prejuízo de qualquer outra, é ignorar o macro princípio que é a dignidade humana, é fomentar a limitação dos seres humanos, e passar longe do que é, de fato, a realidade nas famílias atuais.

Negar a paternidade de uma criança que cresceu com laços de filiação de dois pais diferentes (um afetivo e um biológico), é impingir-lhe uma penalidade em decorrência de uma situação não provocada por ela. (GHILARDI, 2013, p. 78)

Belmiro Welter (2009, p. 122), segue lecionando:

Não reconhecer as paternidades genética e sócioafetiva, ao mesmo tempo, com a concessão de todos os efeitos jurídicos, é negar a existência tridimensional do ser humano, que é reflexo da condição e dignidade humana, na medida em que a filiação sócioafetiva é tão irrevogável quanto a biológica, pelo o que se deve manter incólumes as duas paternidades, com o acréscimo de todos os direitos, já que ambas fazem parte da trajetória da vida humana.

Maria Berenice (2015, p. 03) manifesta não haver outro modo de melhor contemplar a realidade da vida do que abrir caminho para o reconhecimento da multiparentalidade. Afinal, não há como negar que alguém possa ter mais de dois pais sem interferir em princípios fundamentais do direito de família.

Assim, corroborando a evidente realidade de vivermos em um mundo de rápidas e profundas transformações, Ana Carolina Brochado Teixeira e Renata de Lima Rodrigues (2010, p. 204) também se posicionam no sentido de compreender a possibilidade de existência da multiparentalidade:

Em face de uma realidade social que se compõe de todos os tipos de famílias possíveis e de um ordenamento jurídico que autoriza a livre (des)constituição familiar, não há como negar que a existência de famílias reconstituídas representa a possibilidade de uma múltipla vinculação parental de crianças que convivem nesses novos arranjos familiares, porque assimilam a figura do pai e da mãe afim como novas figuras parentais, ao lado de seus pais biológicos. Não reconhecer esses vínculos, construídos sobre as bases de uma relação sócioafetiva, pode igualmente representar a ausência de tutela a esses menores em formação.

Atentando para esta nova realidade, a ideia já vem sendo, constantemente, sedimentada nos tribunais brasileiros, isto é, passaram a admitir a inserção do nome de mais de um pai ou de mais de uma mãe no registro civil de nascimento do filho, sem a exclusão do nome do genitor biológico. As hipóteses mais recorrentes são quando, depois da morte de um dos genitores, se consolida vínculos de filiação sócioafetiva com quem

passou a exercer as funções parentais (DIAS, 2015, p. 05). Assim, podemos constatar a partir de alguns casos julgados apresentados a seguir.

### *2.2.1. Julgado I*

Trata-se de impasse em sede de Apelação Cível, de relatoria do Desembargador José Pedro de Oliveira Eckert, julgada pela Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e datada de 12 de fevereiro de 2015.

APELAÇÃO CÍVEL. DECLARATÓRIA DE MULTIPARENTALIDADE. REGISTRO CIVIL. DUPLA MATERNIDADE E PATERNIDADE. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. INOCORRÊNCIA. JULGAMENTO DESDE LOGO DO MÉRITO. APLICAÇÃO ARTIGO 515, § 3º DO CPC. A ausência de lei para regência de novos - e cada vez mais ocorrentes - fatos sociais decorrentes das instituições familiares, não é indicador necessário de impossibilidade jurídica do pedido. É que “quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito (artigo 4º da Lei de Introdução ao Código Civil). Caso em que se desconstitui a sentença que indeferiu a petição inicial por impossibilidade jurídica do pedido e desde logo se enfrenta o mérito, fulcro no artigo 515, § 3º do CPC. Dito isso, a aplicação dos princípios da “legalidade”, “tipicidade” e “especialidade”, que norteiam os “Registros Públicos”, com legislação originária pré-constitucional, deve ser relativizada, naquilo que não se compatibiliza com os princípios constitucionais vigentes, notadamente a promoção do bem de todos, sem preconceitos de sexo ou qualquer outra forma de discriminação (artigo 3, IV da CF/88), bem como a proibição de designações discriminatórias relativas à filiação (artigo 227, § 6º, CF), “objetivos e princípios fundamentais” decorrentes do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana. Da mesma forma, há que se julgar a pretensão da parte, a partir da interpretação sistemática conjunta com demais princípios infra- constitucionais, tal como a doutrina da proteção integral o do princípio do melhor interesse do menor, informadores do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), bem como, e especialmente, em atenção do fenômeno da afetividade, como formador de relações familiares e objeto de proteção Estatal, não sendo o caráter biológico o critério exclusivo na formação de vínculo familiar. **Caso em que no plano fático, é flagrante o ânimo de paternidade e maternidade, em conjunto, entre o casal formado pelas mães e do pai, em relação à menor**, sendo de rigor o reconhecimento judicial da “multiparentalidade”, com a publicidade decorrente do registro público de nascimento. DERAM PROVIMENTO. (TJRS; AC 0461850-92.2014.8.21.7000; Porto Alegre; Oitava Câmara Cível; Rel. Des. José Pedro de Oliveira Eckert; Julg. 12.02.2015; DJERS 26.02.2015). (grifou-se)

A ação ajuizada buscava o deferimento do registro civil de uma recém-nascida pelos três autores da demanda, os quais se denominavam pais da criança (duas mães e um pai, configurando um casal homoafetivo e um amigo da família). Todavia, baseado na impossibilidade jurídica do pedido, com fulcro no artigo 295, I, § único, III do CPC, a causa foi indeferida em primeira instância, sem resolução do mérito.

Desse modo, os autores apelaram, alegando que há muito tempo preparavam-se, juntamente com suas respectivas famílias, para ter um filho em conjunto. Assim, desse arranjo familiar, nasceu a criança, filha biológica de uma das mulheres que integravam o casal homoafetivo e do amigo da família. Persistiram em defender a proteção jurídica da multiparentalidade, para que conste no registro civil da criança, além dos dois pais biológicos, a outra mãe, como socioafetiva, visto que aquela realidade já existia no mundo dos fatos.

A doutrina corrobora a possibilidade da multiparentalidade em casos, exatamente como esse expondo:

No início, a multiparentalidade pareceu ser o caminho adequado para abrigar a parentalidade dos casais do mesmo sexo, mas tornou-se dispensável desde quando o STF admitiu que esses casais podem constituir família. **Permanece sua utilidade, no entanto, para as técnicas de reprodução assistida, quando mais de duas pessoas são nela envolvidas, a exemplo da utilização de sêmen de amigo para inseminação de uma ou das duas integrantes de união homoafetiva.** (LÔBO, 2018, p. 240) (grifou-se)

Maria Berenice Dias ensina que diante do reconhecimento das uniões homoafetivas como entidades familiares, da garantia do acesso ao casamento e do uso das técnicas de reprodução assistida, uma nova realidade se impôs, não havendo como deslegitimar os projetos multiparentais de quem idealizou e materializou o sonho de ter um filho (2015, p. 08). Assim, em casos como esse, há a real necessidade de haver mais de duas pessoas.

Por fim, no julgamento, o entendimento majoritário (e pioneiro dentro do judiciário brasileiro) foi favorável ao provimento do recurso de apelação, desse modo, cassada foi a decisão de primeiro grau. Considerou-se, portanto, a viabilidade do pedido haja vista presentes os elementos que ensejavam o melhor interesse da recém-nascida.

### *2.2.3 Julgado II*

Trata-se de ação declaratória de paternidade, julgado pela Juíza de Direito Ana Maria Gonçalves Louzada, no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e datada de 06 de junho de 2014.

A ação ajuizada, buscava o deferimento do registro civil de uma criança que havia sido adotada através da prática de adoção à brasileira. Assim, em que pese tenha desenvolvido laços de afetividade com os pais socioafetivos (registrais), veio a conhecer, posteriormente, o pai biológico, manifestando interesse em registrá-lo também. Nesse

sentido, o julgamento deferiu o pedido, reconhecendo a possibilidade da existência da multiparentalidade no caso em apreço.

A juíza fundamentou sua decisão baseado no descabimento ao direito e ao judiciário de impor limites aos arranjos familiares:

O direito deve espelhar e proteger a vida da pessoa na sua inteireza. Se no caso concreto ela possuir duas mães, dois pais, ou seja lá a composição que sua família tenha, **não cabe ao direito e tampouco ao Judiciário impor limites a esta entidade familiar**. Hannah Arendt já dizia que a pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá. Ou seja, somos únicos! **Engessar arranjos familiares tendo como fundamento o dogma da unicidade de paternidade e maternidade, é apenas fazer uma leitura linear da vida. É preciso que nossos horizontes sejam alargados, que nossa visão seja aprofundada, e que nossos braços sejam fontes de acolhimento.** (TJDF, Comarca de Sobradinho. Processo: 2013.06.1.001874-5, julgamento em 06/06/2014) (grifou-se)

O posicionamento da magistrada demonstra tamanha relevância do que vem sendo evidenciado incessantemente: Precisamos nos adaptar às novas realidades da vida, de modo a banir quaisquer hipóteses que ensejam uma perspectiva engessada das entidades familiares.

#### *2.2.4 Julgado III*

Trata-se de um impasse em sede de Apelação Cível, de relatoria do Desembargador Adair José Longuini, tramitada na Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Acre e datada de 12 de fevereiro de 2015.

DIREITO DE FAMÍLIA E DE REGISTROS PÚBLICOS. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO. RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE BIOLÓGICA CONCOMITANTE COM PATERNIDADE REGISTRAL. REGISTRO PÚBLICO DE MULTIPARENTALIDADE. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA. 1. Descabe ao Poder Judiciário, que não possui função legislativa, negar aplicabilidade a dispositivo cogente da Lei de Registros Públicos no qual consta limite de dois genitores nos assentos de nascimento, máxime quando a semântica do texto legal não permite a alteração do sentido da respectiva norma pela interpretação, e tampouco há fundamentos para a declaração de sua não recepção pela Constituição de 1988. 2. Em que pese a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça tenha sufragado a existência de novos arranjos de família, diversos da concepção tradicional, tal circunstância não autoriza o registro concomitante, no assento de nascimento, do nome de dois pais e uma mãe, sob pena de violação de regra cogente aplicável à disciplina. 3. Apelo provido. V.v. PROCESSUAL CIVIL. ACORDO COM ANULAÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO. RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE BIOLÓGICA CONCOMITANTE COM PATERNIDADE REGISTRAL. FILIAÇÃO SÓCIO AFETIVA. ESVAZIAMENTO BIOLÓGICO DA PATERNIDADE. MULTIPARENTALIDADE OU PLURIPARENTALIDADE. 1. A família passou por transformações mais

recentes, deixando de ser unidade de caráter exclusivamente biológico para se afirmar como grupo de afetividade e solidariedade que derivam da convivência e não do sangue. Os novos arranjos parentais privilegiam o vínculo da afetividade, priorizando a melhor solução para a criança sobre as normas positivas de direito. 2. **Inexiste no ordenamento jurídico regra que proíba a inserção de dois pais e uma mãe no registro de nascimento de uma pessoa natural. A ausência de previsão legal não constitui obstáculo ao reconhecimento da multiparentalidade, não havendo que se falar em vedação implícita sem malferir os princípios constitucionais da pluralidade dos arranjos familiares, dignidade da pessoa humana, busca da felicidade e da prioridade absoluta e proteção integral da criança e do adolescente** (Apelação Cível nº 70062692876/2014.TJRS. 8ª Câmara Cível. Relator: José Pedro de Oliveira Eckert. Julgada em 15/02/2015). 3. Apelação improvida. (TJAC; APL 0711965-73.2013.01.0001; Ac. 16.067; Primeira Câmara Cível; Rel. Des. Adair José Longuini; DJAC 31.07.2015) (grifou-se)

A ação ajuizada buscava a homologação de um acordo extrajudicial cujo intuito seria a retificação do registro civil da criança - inclusão do pai biológico, sem deixar de constar o pai socioafetivo - de modo que somente assim, os direitos da criança seriam integralmente resguardados.

No caso em apreço, os desembargadores da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Acre, acordaram, por maioria dos votos, dar provimento ao apelo, argumentando não haver no ordenamento jurídico brasileiro, regra que proíba a inserção de dois pais e uma mãe no registro de nascimento de uma pessoa natural, sendo assim, ilegítimo seria desconsiderar os princípios constitucionais que regem o direito de família, como bem consta na ementa da ação. Assim, se deu por vencido o voto do desembargador relator que optou pelo não provimento da demanda.

As famílias multiparentais existem há muito tempo e não deixarão de existir, a diferença é que até recentemente eram condenadas à invisibilidade, resultando desta traiçoeira tentativa, de fingir não enxergar o que foge do modelo do espelho, a exclusão de direitos (DIAS, 2015, p. 10).

Felizmente a justiça começa a enxergar esta realidade, abrindo caminho para que os arranjos familiares plurais se legitimem enquanto detentores de direitos e deveres, fazendo da sociedade um lugar mais plural e igualitário. (DIAS, 2015, p. 10) Dada as circunstâncias, o STF proferiu decisão com repercussão geral, a qual será apresentada a seguir.

## 2.3 A decisão do STF sobre multiparentalidade: o caso concreto, a decisão e a tese aprovada

O ano de 2016 foi palco de relevantes avanços para o instituto da multiparentalidade. Na esteira do Recurso Extraordinário n. 898.060/SC, o Supremo Tribunal Federal reconheceu, expressamente, com Repercussão Geral (tema 622), de relatoria do Ministro Luiz Fux, a possibilidade da existência da parentalidade simultânea.

Como pode-se inquirir a partir da ementa *in verbis*:

Recurso extraordinário. **Repercussão Geral reconhecida.** Direito civil e constitucional. Conflito entre paternidades socioafetiva e biológica. Paradigma do casamento. Superação pela Constituição de 1988. Eixo central do direito de família: deslocamento para o plano constitucional. Sobre princípio da dignidade humana (art. 1º, III, da CRFB). Superação de óbices legais ao pleno desenvolvimento das famílias. Direito à busca da felicidade. Princípio constitucional implícito. Indivíduo como centro do ordenamento jurídico-político. **Impossibilidade de redução das realidades familiares a modelos pré-concebidos.** Atipicidade constitucional do conceito de entidades familiares. União estável (art. 226, § 3º, CRFB) e família monoparental (art. 226, § 4º, CRFB). Vedação à discriminação e hierarquização entre espécies de filiação (art. 227, § 6º, CRFB). Parentalidade presuntiva, biológica ou afetiva. Necessidade de tutela jurídica ampla. Multiplicidade de vínculos parentais. **Reconhecimento concomitante. Possibilidade. Pluriparentalidade.** Princípio da paternidade responsável (art. 226, § 7º, CRFB). Recurso a que se nega provimento. Fixação de tese para aplicação a casos semelhantes. (grifou-se)

### 2.3.1 Caso concreto

O pleito teve origem no Estado de Santa Catarina, quando uma filha, que possuía um pai registral há quase duas décadas de convivência, foi noticiada de que seu pai biológico não era aquele compreendido no registro de nascimento e com qual convivera por praticamente toda a sua vida.

Desse modo, resolveu, aos 19 anos de idade, ajuizar uma ação de reconhecimento de paternidade biológica, com todos os efeitos decorrentes da filiação, quais sejam: registro, alimentos, pensão, herança e etc.

Importante destacar que à época do ajuizamento da ação, não houve pedido expresso de reconhecimento da multiparentalidade por parte da filha como vemos na jurisprudência em casos mais atuais - até porque quando do ajuizamento da demanda, em 2003, não havia um debate amplo e controverso acerca do tema, tratava-se de assunto ainda encasulado - de modo que o pedido envolvia a substituição do pai socioafetivo do seu assento de nascimento, pelo pai biológico.

Em sua defesa, o genitor alegou que a filha já possuía um pai socioafetivo, inclusive exarado em seu registro de nascimento, o que impossibilitaria um eventual provimento da demanda. Ainda, justificou que não seria o caso de substituição da filiação socioafetiva pela biológica, em reverência à paternidade socioafetiva consolidada no ordenamento jurídico. Por fim, alegou que as intenções da filha biológicas eram meramente de cunho patrimonial. Pedia, portanto, a improcedência total do pedido.

Durante o trâmite processual, foi comprovada, através dos exames de DNA que a autora e o réu eram, de fato, pai e filha. Noutro norte, a relação socioafetiva também restava consolidada na medida em que as próprias partes admitiram em juízo.

Com decisão proferida em primeiro grau no mesmo ano, o pedido foi julgado procedente. Foi reconhecida a paternidade biológica com todos os seus respectivos efeitos, bem como substituído o pai socioafetivo, inclusive no que se refere ao registro de nascimento da autora.

Todavia, o réu recorreu ao Tribunal de Justiça do Estado que, em sede de apelação, decidiu por maioria dos votos reformar a decisão, cassando aquela decidida em primeira instância. O acórdão defendia a impossibilidade do pedido, em decorrência da existência da paternidade socioafetiva já consolidada.

Nesse cenário, a autora recorreu novamente, opondo embargos infringentes perante o próprio Tribunal de Santa Catarina que reformou o acórdão anterior, mantendo a decisão de primeira instância na íntegra.

Mais uma vez, o réu recorreu da decisão do TJSC, dessa vez, postulando em juízo através de um Recurso Extraordinário, a reforma da decisão, baseando seus fundamentos na afronta aos princípios constitucionais norteadores do direito de família. O recurso foi admitido e remetido à Corte Suprema para a devida deliberação, que com relatoria do Ministro Luiz Fux, em sessão plenária presidida pela Ministra Carmen Lúcia, foi objeto de análise da Repercussão Geral de n. 622: paternidade socioafetiva x biológica.

### *2.3.2. Decisão do Supremo Tribunal Federal*

Por maioria dos votos, o plenário do Supremo Tribunal Federal entendeu por negar provimento ao recurso extraordinário manejado pelo pai biológico da autora, aprovando o voto do Ministro Relator Luiz Fux.

O voto do Relator, contudo, evidencia expressamente, a possibilidade de coexistência das duas espécies de paternidade, isto é, não excluiu a paternidade

socioafetiva em detrimento da outra como demandado inicialmente, mas, permitiu que as duas perdurassem concomitantemente. Tal decisão paradigmática ressalta o afeto enquanto valor jurídico nas relações familiares.

Analisando a decisão colacionada, Ricardo Calderón (2017, p. 221) destaca a relevância da deliberação da Corte, vez que a parte autora não provocou o reconhecimento da multiparentalidade, tampouco estabeleceu o tema como objeto de debate no curso do processo:

A deliberação pela possibilidade de manutenção de ambas as paternidades, em *pluriparentalidade*, foi inovadora e merece destaque, visto que foi uma solução engendrada a partir do próprio STF. Essa temática não constou de pedido explícito da parte requerente e nem mesmo foi objeto de debate verticalizado nos autos processuais. Ainda assim, a deliberação foi claramente pelo improvimento do Recurso Extraordinário do pai biológico, mas com a declaração de que era possível a manutenção de ambas as paternidades de forma concomitante (socioafetiva e biológica), em coexistência.

A decisão do STF declarou a possibilidade de manutenção de ambas as paternidades com todos os efeitos jurídicos correlatos, acolhendo a multiparentalidade para a situação que estava em apreço. Em consequência, a segunda paternidade (a biológica) deverá ser registrada e produzirá todos os efeitos jurídicos inerentes à filiação, mas sem exclusão da paternidade já existente (a socioafetiva).)

### 2.3.3 Tese aprovada

*“A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitantemente baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios”*

Essa foi a tese sugerida pelo Ministro Luiz Fux e aprovada por ampla maioria, tendo discordado parcialmente da redação final apenas os Ministros José Antônio Dias Toffoli e Marco Aurélio Mello.

Admitiu-se, expressamente, a possibilidade jurídica da existência de vínculos parentais concomitantemente, o que ocasionou um progresso significativo na seara do direito de família: o reconhecimento da multiparentalidade enquanto decisão de caráter vinculativo a casos semelhantes devido ao entendimento já pacificado pela Suprema Corte.

A apreciação do tema foi pautada na proteção do indivíduo e das relações interpessoais, considerando suas particularidades. Reduzi-los a mero instrumento de consecução das vontades do Estado é ferir, integralmente, princípios constitucionais de ordem intransponível, dessa feita, o direito à busca da felicidade resguarda os indivíduos



frente às incessantes tentativas de enquadrá-los aos modelos familiares pré-concebidos pelo ordenamento.

Além disso, foi salientado que o princípio da paternidade responsável deve se valer tanto para vínculos advindos da ascendência biológica, quanto para aqueles advindos das relações familiares baseadas no afeto. De acordo com Fux, não há que se falar em impedimentos no reconhecimento da concomitância de vínculos, desde que essa vise o melhor interesse da prole.

São as considerações do relator:

Não cabe à lei agir como o Rei Salomão, na conhecida história em que propôs dividir a criança ao meio pela impossibilidade de reconhecer a parentalidade entre ela e duas pessoas ao mesmo tempo. Da mesma forma, nos tempos atuais, descabe pretender decidir entre a filiação afetiva e a biológica quando o melhor interesse do descendente é o reconhecimento jurídico de ambos os vínculos. Do contrário, estar-se-ia transformando o ser humano em mero instrumento de aplicação dos esquadros determinados pelos legisladores. É o direito que deve servir à pessoa, não o contrário. (tese de repercussão geral (STF) 898.060 - Luiz Fux, p. 17)

Cassetari manifesta o posicionamento do IBDFAM no caso concreto que ensejou a Repercussão Geral 622:

Atuando na ação na qualidade de *amicus curiae* (amigo da corte), o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) sustentou que a igualdade de filiação – a distinção entre filhos legítimos e ilegítimos – deixou de existir com a Constituição de 1988. O instituto defende que as paternidades, socioafetiva e biológica, sejam reconhecidas como jurídicas em condições de igualdade material, sem hierarquia, em princípio nos casos em que ambas apresentam vínculos socioafetivos relevantes. Considera, ainda, que o reconhecimento jurídico da parentalidade socioafetiva, consolidada na convivência familiar duradoura, não pode ser impugnada com fundamento exclusivo na origem biológica. (2017, p. 192)

Madaleno (2018, p. 501) também reconhece a dimensão da decisão ao sinalizar que o Superior Tribunal de Justiça vem admitindo o mesmo seguimento, isto é, a coexistência da paternidade socioafetiva e do vínculo biológico, não sendo obstáculo a preexistência de um vínculo registral e socioafetivo para o reconhecimento da paternidade biológica.

Complementando esse discurso, Maria Berenice Dias (2017, p. 432) ressalta:

Já sinalizou o STJ que não pode passar despercebida pelo direito a coexistência de relações filiais ou a denominada multiplicidade parental, compreendida como expressão da realidade social. Esta é a tendência da Justiça que vem admitindo o estabelecimento da filiação pluriparental quando o filho desfruta da posse de estado, mesmo quando não há a concordância da genitora

Daniela Braga Paiano (2017, p. 180) também comemora o imenso avanço no direito de família com o celebrado julgamento. Leciona que a possibilidade de coexistência e não exclusão das diferentes espécies de filiação - haja vista nenhuma delas possuir um maior valor jurídico que a outra - resulta em um modo mais justo, e sobretudo, humano, de resolver situações que espelham o duplo vínculo de filiação.

Desta feita, considerando os múltiplos desdobramentos decorrentes da multiparentalidade, é notório que a decisão fixada ocasionou diversas consequências e indagações no judiciário. Comentaremos alguns desses efeitos a partir de agora.

## **2.4 Efeitos decorrentes da multiparentalidade**

O acolhimento expresso do Supremo Tribunal Federal no que concerne a possibilidade jurídica da multiplicidade de vínculos parentais, despertou nos estudiosos do direito inúmeros questionamentos acerca da deliberação, especialmente no que se refere aos reflexos jurídicos desencadeados, que podem (ou não) gerar demandas não tão condizentes ao principal objetivo da inovadora decisão. Dessarte, ainda que exista um entendimento pacificado, o tema exige cuidados e ponderações de ordem prática.

Ainda assim, imperioso ressaltar o impacto positivo da decisão que não se limitou a engessar-se ao receio de gerar demandas baseadas puramente em interesses patrimoniais. Desse modo, destacaremos alguns dos principais aspectos que refletiram da apreciação do tema 622.

### *2.4.1 Tese inversa*

Um importante questionamento decorrente da tese aprovada pelo STF que não impede o reconhecimento de filiação biológica quando da preexistência de uma filiação socioafetiva, foi a possibilidade de aplicá-la ao inverso.

Nas palavras de Ricardo Calderón (2017, p. 227):

Seria possível se aplicar a tese ao inverso, ou seja, afirmar que a existência de uma paternidade biológica reconhecida também não seria óbice para o reconhecimento concomitante de uma paternidade socioafetiva? Parece que a resposta é afirmativa. Ou seja, mesmo com uma paternidade biológica existente, resta possível investigar e, eventualmente, reconhecer uma paternidade socioafetiva concomitantemente.

Apesar de não fazer menção a essa possibilidade, a tese inversa parece ser uma consequência, no mínimo coerente e direta da tese aprovada, pois, nos dizeres de Maria Berenice Dias (2015, p. 03) reconhecida a presença da posse do estado de filho com mais de duas pessoas, todos devem assumir os encargos decorrentes do poder familiar de forma que resguarde o melhor interesse e assegure a proteção integral do envolvido.

#### *2.4.2. Alteração de registro*

Em que pese a Lei de Registros Públicos (1973) em seu artigo 54 determine que deve constar no assento de nascimento apenas um pai, uma mãe, dois avós paternos e dois maternos - por questões óbvias, uma vez que a lei foi editada antes mesmo do advento da Constituição Federal, isto é, sequer eram cogitadas concepções familiares diversas daquela padronizada à época – é sabido que o registro deve refletir e adaptar-se às novas realidades.

Nesta esteira, as autoras Teixeira e Rodrigues (2015, p. 32) ensinam:

Como analisado, a multiparentalidade inaugura um novo paradigma do direito parental, no ordenamento brasileiro. Para que ela se operacionalize, contudo, é necessário que seja exteriorizada através de modificações no registro de nascimento. Contudo, o registro não pode ser um óbice para sua efetivação, considerando que sua função é refletir a verdade real; e, se a verdade real concretiza-se no fato de várias pessoas exercerem funções parentais na vida dos filhos, o registro deve refletir esta realidade.

Assim, tendo em vista os diversos reflexos jurídicos decorrentes do reconhecimento da multiparentalidade, impõe-se aos envolvidos que essa nova filiação seja formalizada, isto é, exarada no assento de nascimento do respectivo filho, de modo que se tenha uma maior segurança jurídica, tanto para as partes, quanto para terceiros. (CALDERÓN, 2017, p. 228)

Calderón (2017, p. 228) segue lecionando que essa providência deve ser tomada quando da decisão que der provimento a demanda legitimando a multiplicidade de vínculos. O nome do pai reconhecido (se for esse o caso) e dos respectivos avós, devem ser, independente da vontade das partes, acrescidas no registro do filho.

Todavia, não é possível transferir esta mesma obrigatoriedade para o nome do filho, visto que o nome configura uma expressão da identidade e da subjetividade da pessoa (nos termos do que vem admitindo o STJ), um inconfundível direito da personalidade. Assim, a alteração do nome dependerá do interesse do descendente em ver tal alteração ser processada ou não. (CALDERÓN, 2017, p. 228)

#### 2.4.3. Guarda

Com o advento da Lei 11.698/08 que disciplina a guarda compartilhada, fica garantido um amplo esquema de convivência, contato e comunicação entre pais e filhos, muito embora um deles não mantenha vida em comum. Cuida-se em direito dos filhos à responsabilidade de ambos os pais em sua criação e educação, por uma adequada e grande aproximação entre pais e filhos. (GRISARD, 2009, p. 192)

Ainda que indique uma situação pouco mais complexa, seguir a mesma linha de raciocínio – guarda compartilhada como regra, ressalvadas as particularidades de cada caso concreto - soa o mais coerente também diante das famílias com multiplicidade de vínculos, mesmo que implique envolver três ou mais pessoas na divisão da guarda.

Nos dizeres de Ricardo Calderón (2017, p. 228) não parece haver qualquer impeditivo para tal compartilhamento entre três ou mais pessoas, embora isso possa envolver uma maior complexidade, mas certamente é uma questão que demandará maiores reflexões dos familiaristas.

Segue esclarecendo que o mesmo se aplica ao regime de convivência familiar, uma vez que todos os reconhecidos pais terão direito à convivência com os filhos, de modo que essa também deverá ser compartilhada entre todos, sempre sob a égide do melhor interesse da criança ou adolescente (CALDERÓN, 2017, p. 228)

#### 2.4.4 Alimentos

O artigo 1.695 do Código Civil fornece os elementos necessários para a postulação de alimentos em juízo, o trinômio: necessidade, possibilidade, proporcionalidade, como se pode notar a partir da leitura do artigo.

**Art. 1.695.** São devidos os alimentos **quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção**, e aquele, de quem se reclamam, **pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento.** (grifou-se)

Já o artigo 1.696 da mesma lei, assegura que a prestação de alimentos seja recíproca entre pais e filhos. Desta forma, incide o eventual dever de prestação de alimentos aos pais pelos filhos também - caso eles venham a necessitar:

**Art. 1.696.** O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaiando a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.

Considerando um caso de múltiplos vínculos, a verba alimentar deverá ser arbitrada de acordo com a nova realidade (mais de um pai, por exemplo), mas sempre

com observância ao melhor interesse do envolvido, e com respeito às balizas tradicionais da obrigação alimentar (CALDERÓN, 2017, p. 228)

Daniela Paiano (2017, p. 191) se manifesta no mesmo sentido: Assim, uma vez reconhecida a multiparentalidade, o direito aos alimentos se estenderá ao filho reconhecido, podendo ele pleitear seu direito, na medida da sua necessidade.

Christiano Cassetari (2017, p. 259), contudo, apesar de compreender que os alimentos também são obrigações decorrentes da multiparentalidade, entende que a prestação deva ocorrer de acordo com as suas respectivas possibilidades, por qualquer um dos pais, sem solidariedade entre eles, em consonância com o art. 265 do Código Civil, que exige para a sua existência, vontade das partes ou previsão legal (o que já ocorre com os avós).

Continua:

Ademais, podemos utilizar também o argumento de que o art. 1.698 do Código Civil determina que, sendo várias pessoas obrigadas a prestar alimentos, todas devem concorrer na proporção dos respectivos recursos, ou seja, se um dos pais pode suportar sozinho a pensão, deverá fazê-lo, pois para o alimentado é ruim fracionar a sua necessidade entre várias pessoas, o que aumenta o risco de inadimplemento (CASSETARI, 2017, p. 260)

O artigo 1.698 do CC prevê a seguinte hipótese:

**Art. 1.698.** Se o parente, que deve alimentos em primeiro lugar, não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os de grau imediato; sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, todas devem concorrer na proporção dos respectivos recursos, e, intentada ação contra uma delas, poderão as demais ser chamadas a integrar a lide.

Na parte final do artigo que possibilita outras pessoas a integrarem a lide, Cassetari compreende que deva haver provas de que o genitor escolhido não tem condições de arcar sozinho com o pagamento da pensão, o que, nesse caso, justificaria a divisão. (2017, p. 260)

É o posicionamento do STJ:

Civil. Alimentos. Responsabilidade dos Avós. Obrigação complementar e sucessiva. Litisconsórcio. Solidariedade. Ausência. 1 - A obrigação alimentar não tem caráter de solidariedade, no sentido de que “sendo várias pessoas obrigadas a prestar alimentos todos devem concorrer na proporção dos respectivos recursos”. 2 - O demandado, no entanto, terá direito de chamar ao processo os corresponsáveis da obrigação alimentar, caso não consiga suportar sozinho o encargo, para que se defina quanto caberá a cada um contribuir de acordo com as suas possibilidades financeiras. 3 - Neste contexto, à luz do novo Código Civil, frustrada a obrigação alimentar principal, de responsabilidade dos pais, a obrigação subsidiária deverá ser diluída entre os avós maternos e paternos na medida de seus recursos, diante de sua divisibilidade e possibilidade de fracionamento. **A necessidade**

**alimentar não deve ser pautada por quem paga, mas sim por quem recebe, representando para o alimentado maior provisionamento tantos quantos coobrigados houver no polo passivo da demanda.** 4 – Recurso Especial conhecido e provido (REsp 658.139/RS; Rel. Min. Fernando Gonçalves; Quarta Turma; j. 11.10.2005, DJ 13.3.2006;) (grifou-se)

Vale destacar que a análise de cada caso concreto é capaz de ditar a melhor alternativa a situação, mas, de acordo com Calderón (2017, p. 228), as próprias balizas atuais que orientam a fixação da verba alimentar parecem ser limites seguros para se evitar abusos e desvios.

Por fim, considerando a reciprocidade nos efeitos decorrentes da multiparentalidade, Calderón (2017, p. 229) destaca que dada a presença da multiparentalidade, o filho poderá vir a ter que prestar alimentos a todos os pais com os quais possui vinculação, caso haja necessidade. Isto é, quem tiver dois pais e uma mãe declarados, poderá ter que prestar alimentos aos três em dado momento da vida. Tal aspecto também deve ser levado em consideração por quem pretender ver reconhecida a situação de multiparentalidade.

Nesse contexto, a partir dos inúmeros efeitos decorrentes da multiparentalidade o qual destacamos alguns até o presente momento, abordar-se-á no próximo capítulo, um dos mais polêmicos aspectos: a possibilidade de um filho herdar de mais dois pais, e a hipótese inversa, isto é, mais de dois pais herdarem de um só filho.

### 3. EFEITOS SUCESSÓRIOS DA MULTIPARENTALIDADE

Na humanidade nada é eterno, duradouro ou definitivo. É o homem perseguido pelo estigma de sua finitude, que o acompanha em sua consciência e limita os anseios no futuro. Esta é a verdade mais concreta dura e incontestável. Mas a sucessão, de certa forma, traz uma sensação de prolongamento da pessoa falecida, ou de diminuição do sentimento de desaparecimento, sobretudo quando são realizadas obras que refletem o ser daquele que falece, e que o tornam vivo ou presente nas memórias (RIZZARDO, 2018, p. 01).

Nota-se que até então, esta pesquisa percorreu as constantes transformações que atingiram o direito das famílias – especialmente no que concerne às famílias multiparentais – quando do alcance da conjuntura atual que, apesar dos avanços conquistados, vive em contínuo progresso na luta por uma sociedade mais igualitária e sem condenações morais que censuram as formas de levar a vida adversas ao tradicional.

Salientado no capítulo anterior, o reconhecimento da multiparentalidade implica no reconhecimento de uma relação de parentesco a qual decorrem múltiplos efeitos jurídicos. Assim, foram abordadas algumas das projeções decorrentes da paradigmática decisão da Suprema Corte quando da apreciação do Tema 622, em 2016. E talvez, de todos os reflexos, tanto em aspectos existenciais, quanto patrimoniais, o sucessório seja o mais polêmico e controverso na doutrina e jurisprudência brasileira.

Este último capítulo, portanto, tem o escopo de levantar os pontos controvertidos e de incessantes indagações na doutrina e jurisprudência no que se refere aos efeitos sucessórios da multiparentalidade, notadamente, na forma como se realiza a partilha do patrimônio do defunto, em duas específicas situações:

- a) quando da possibilidade de herdar múltiplas vezes (proporcionalmente ao número de pais com os quais o filho multiparental possui vínculo). Nesse caso, como sabido, a própria decisão da Suprema Corte consolidou o entendimento, no entanto, surgem alguns questionamentos a respeito do tema que serão tratados em momento oportuno; e
- b) quando do falecimento do filho multiparental que não deixa herdeiros descendentes. Nesse caso, chama-se a suceder os múltiplos herdeiros ascendentes do *de cujus*, como veremos a seguir. Esta partilha, respeitados os critérios

estabelecidos pela legislação civil, deixa algumas brechas – que restam segmentadas entre os estudiosos do Direito de Família.

A partir do cenário apresentado, em que pese existam diversas categorias de herdeiros, para a presente pesquisa, interessa analisar tão somente as classes de descendentes e ascendentes combinados com o instituto da multiparentalidade, de modo que as demais modalidades serão apenas citadas no decorrer do estudo.

Isto posto, importante trazer inicialmente um panorama geral de como se dá a sucessão legítima no ordenamento jurídico pátrio.

### 3.1. Sucessão legítima

A ocorrência da morte é o que dá fim à personalidade de uma pessoa, assim, consagra-se aberta a sucessão e a transmissão do patrimônio aos seus devidos herdeiros.

Arnaldo Rizzardo (2018, p. 01), corroborando o raciocínio, ressalta que a morte desencadeia uma ruptura no domínio dos bens. Cessa a vida corporal, mas subsiste a da alma, que é imortal. Contudo, como os bens materiais estão diretamente ligados à vida corporal, é necessário que outras pessoas venham e assumam a titularidade, de modo que a ordem e a estabilidade patrimonial sejam recompostas.

Glagliano e Pamplona (2018, p. 65-66) definem o princípio da *saisine* como regra fundamental do direito sucessório, pelo qual a morte opera a imediata transferência da herança aos seus sucessores.

Assim, todo acervo patrimonial do defunto, compreendendo o conjunto de créditos e débitos, são transferidos aos herdeiros imediatamente após a ocorrência da morte.

Tal princípio é compreendido a partir do artigo 1.784 do Código Civil:

**Art. 1.784.** Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.

Desse modo, são duas as hipóteses de sucessão mortis causa. A *legítima*, que compreende os herdeiros presentes na ordem de vocação hereditária, como expõe Paulo Nader (2016, p. 09):

A que se opera por força de lei é chamada sucessão legal ou legítima. Por ela são convocados a suceder os membros da família e de acordo com a vocação hereditária. A sucessão se faz a título universal e sucessores são os herdeiros. Tem lugar quando o titular do patrimônio não deixa testamento.



E a *testamentária*, conforme leciona GONÇALVES (2018, p, 43):

A sucessão testamentária dá-se por disposição de última vontade. Havendo herdeiros necessários (ascendentes, descendentes ou cônjuge), divide-se a herança em duas partes iguais e o testador só poderá dispor livremente da metade, denominada porção disponível, para outorgá-la ao cônjuge sobrevivente, a qualquer de seus herdeiros ou mesmo a estranhos, pois a outra constitui a *legítima*, àqueles assegurada no art. 1.846 do Código Civil.

Complementando as ponderações dos autores supracitados, TARTUCE (2018, p. 10) frisa que o que se percebe é que a ordem de raciocínio jurídico a ser seguido é de primeiro investigar a existência de disposição de última vontade que seja válida e eficaz. Não havendo tal disposição testamentária, vige a ordem de sucessão legítima estabelecida em lei, que presume a vontade do morto.

Portanto, a sucessão legítima, objeto da pesquisa, configura-se a partir do cenário em que o *de cujus* deixa de apresentar testamento – ou quando este se caracteriza nulo, caduco ou ineficaz. Assim, a herança é deferida a determinadas pessoas legitimadas pela própria lei, sendo feita sempre a título universal, na qual os herdeiros participam da totalidade do ativo e passivo.

Contudo, o chamamento dos sucessores não se perfectibiliza em ordem aleatória, a própria lei é quem estipula a sequência preferencial, consoante a vocação hereditária positivada no artigo 1.829 do Código Civil de 2002:

**Art. 1.829.** A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:

- I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime de comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;
- II – aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;
- III - ao cônjuge sobrevivente;
- IV - aos colaterais

Em todos os casos em que o *de cujus* tiver herdeiros necessários (descendentes, ascendentes e cônjuge), aplicar-se-á a sucessão legítima, hipótese em que a lei proíbe dispor da integralidade, protegendo a legítima, que corresponde a metade do patrimônio.

Importante destacar também que vale a mesma normativa – sucessão legítima – se a declaração solene de última vontade eventualmente deixada pelo falecido, não contemplar integralmente a parcela que lhe é disponível, nesse caso os herdeiros legítimos serão chamados a receber os seus respectivos quinhões da herança.

No que concerne a nulidade ou caducidade do testamento, Maria Helena Diniz (2018, p. 126) segue o raciocínio, expondo que se o testamento do falecido caducar ou

for considerado nulo ou ineficaz, a lei promoverá a distribuição, convocando certas pessoas para promover a herança, conforme ordem nela estabelecida.

Gonçalves (2018, p. 43) fala a respeito: A sucessão pode ser, também, simultaneamente legítima e testamentária quando o testamento não compreender todos os bens do *de cujus*, pois os não incluídos passarão a seus herdeiros legítimos (CC, art. 1.788, 2ª parte).

A Lei Civil, como já ressaltado, é quem define quais as pessoas aptas a herdar o patrimônio do falecido na ausência de testamento. A vocação hereditária dá-se àqueles já nascidos ou ao menos concebidos no momento da abertura da sucessão, como dispõe o artigo 1.798 da referida lei:

**Art. 1.798.** Legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão.

Sendo assim, a personalidade civil é o que confere aptidão para se tornar titular de direitos e deveres. Tal personalidade emerge a partir do nascimento, no entanto, quando da hipótese de herdeiros ainda nascituros (que também possuem legitimidade pois já concebidos), a capacidade para herdar subordina-se a uma condição resolutiva: nascer com vida.

TARTUCE (2018, p. 70) corrobora o entendimento:

A regra geral segundo a qual só tem legitimação pra suceder as pessoas nascidas por ocasião da abertura da sucessão encontra exceção no caso do nascituro. De acordo com o sistema adotado pelo Código Civil acerca do começo da personalidade natural (art. 2º), tem-se o nascimento com vida como marco inicial da personalidade. Respeitam-se, porém, os direitos do nascituro, desde a concepção, pois desde esse momento já começa a formação do novo ser.

Gonçalves (2018, p. 42) finalmente ressaltar que essa modalidade de sucessão sempre foi a mais difundida no Brasil, salientando, ainda, que escassez de testamentos entre nós é devida a razões de ordem cultural ou costumeira

Com relação à sucessão dos parentes, importante frisar que o critério da origem do parentesco não faz a menor diferença quando o vínculo já estiver estabelecido, ou seja, não há qualquer diferença entre o parentesco biológico ou sociofetivo, até porque se existisse estariam sendo violados preceitos fundamentais haja vista o cunho discriminatório. Sendo assim, a possibilidade de suceder, respeitados os critérios que deslegitimam os envolvidos, se dá irrestritamente a todos os herdeiros na ordem estabelecida.

No que se refere àqueles cujo vínculo parental não tenha sido configurado até o momento da morte do *de cuius*, cada caso, dentro de suas particularidades, merece especial atenção, no entanto, não é possível considerar total presunção.

Notório, portanto, que a gama de consequências sucessórias incumbidas aos herdeiros, incluem também os parentes com vínculo parental resultante da afetividade. Não há quaisquer diferenças, tampouco limitações, que atinjam apenas os herdeiros de origem biológica. Todas as relações de parentesco - biológica, civil e socioafetiva - são igualmente tratadas em todos os aspectos.

Assim, com relação aos herdeiros legítimos, são quatro as modalidades existentes em nosso ordenamento jurídico: descendentes, ascendentes, cônjuge e parentes em linha colateral. De todos, apenas os três primeiros se caracterizam como herdeiros necessários, no entanto, nos atentaremos apenas às classes que importam para a presente pesquisa.

### **3.2 Herdeiros necessários**

Os herdeiros necessários são aqueles que possuem grau de parentesco com o *de cuius* em linha reta (descendentes e ascendentes) ou o cônjuge/companheiro desse, e caracterizam-se pela infinidade de vínculos. A linha tênue que os distingue dos sucessores em linha colateral se dá na medida em que, enquanto estes só contam com legitimidade para herdar até quarto grau, aqueles, os herdeiros necessários, não guardam limites para pertencer a sucessão.

Com relação aos companheiros, em que pese o entendimento majoritário da doutrina os defenda como herdeiro necessário, nem o artigo 1.845 do Código Civil, nem a decisão do Supremo Tribunal Federal a ser aludida em momento oportuno, mencionam expressamente os companheiros como tal. Assim, vale salientar que não há qualquer entendimento consolidado nesse sentido.

Pois bem, são herdeiros necessários os ascendentes, os descendentes e o cônjuge, que não podem ser afastados da vocação testamentária que ostentam, quanto à metade do acervo patrimonial do morto. A vontade do testador encontra limites, portanto, no fato objetivo de falecido ter herdeiros necessários (NERY E NERY, 2017, p. 74).

Rodrigo da Cunha Pereira (2015, p. 374) também define os herdeiros necessários:

São os herdeiros elencados pela lei, cujo grau de parentesco, ou conjugalidade, com o autor da herança estabelece eles que herdam pelo menos metade dos bens herdados por ele, e que constituem a legítima. Diz-se necessários porque

não podem ser excluídos da sucessão pelo *de cuius*, exceto em caso de deserdação ou indignidade.

O texto legal aduz o expresse reconhecimento de que os herdeiros necessários são aqueles resguardados por lei - exceto os excluídos da sucessão por indignidade ou deserdação – que constituem a legítima e tem, obrigatoriamente, seu quinhão na herança do falecido.

Veloso (2012, p. 27) alude que a parcela reservada aos herdeiros necessários é intangível, de maneira que não pode ser reduzida nem ser sujeita a ônus, encargos, gravames ou condições. Além disso, não pode ser objeto de legado, usufruto, fideicomisso, pensão, habitação ou de outros direitos dessa natureza. Quaisquer determinações que desfalquem a legítima são ineficazes, nas disposições do art. 1.967 do Código Civil.

No que se refere a indignidade ou deserdação, ressalta-se que decorrem da quebra da afetividade com o autor da herança a partir de atos reprováveis, de modo que o herdeiro seja privado de recolher os bens hereditários.

O Código Civil de 2002 estabelece em quais circunstâncias deixa o herdeiro de integrar a legítima:

**Art. 1.814.** São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários:

I - que houverem sido autores, coautores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente;

II - que houverem acusado caluniosamente em juízo o autor da herança ou incorrerem em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro;

III - que, por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade.

Ambas as situações se caracterizam como penas civis, isso porque de acordo com Tartuce (2018, p. 101) o direito deve trazer mecanismos de coerção contra a maldade, a traição, a deslealdade, a falta de respeito, a quebra de confiança e outras agressões praticadas em clara lesão à dignidade humana. Nesse sentido, não há que se falar em extinção dos dois institutos vez que o indigno e o ingrato devem ser devidamente penalizados pelo sistema jurídico.

Assim, não restam quaisquer dúvidas do perfeito cabimento de herdeiros necessários pertencerem a legítima, ainda que façam parte, dentro da mesma classe de herdeiros, de famílias distintas. Identificado o vínculo e não existindo razões que impeçam seu pertencimento na sucessão do autor da herança, todos os reflexos existenciais o atingem, sobretudo, no que se refere aos sucessórios.

### 3.2.1 O direito de herança dos descendentes na sucessão simples

A classe dos herdeiros que descendem é a primeira a ser chamada a sucessão, isto é, apenas na hipótese de inexistir descendentes é que as outras classes – ascendentes, cônjuge/companheiro e herdeiros em linha colateral - são chamadas a suceder o falecido.

A lei civilista privilegia a classe, preferindo esta a suceder sobre todas as outras a partir de dois fundamentos, quais sejam, a continuidade da vida humana, e a vontade presumida do autor da herança (GOMES, 2015, online).

Sobre os descendentes, o artigo 1.833 do Código Civil vigente assim dispõe:

**Art. 1.833.** Entre os descendentes, os em grau mais próximo excluem os mais remotos, salvo o direito de representação.

Em que pese sejam todos os descendentes contemplados, a letra da lei esclarece quem são os preferidos na ordem da vocação sucessória. De início, portanto, são chamados a suceder os filhos do autor da herança – sem distinção de sexo, por óbvio -, que são aqueles possuidores do grau mais próximo do defunto, excluindo da sucessão os parentes de grau mais remoto, ressalvado o direito de representação.

Orlando Gomes (2015, online) exemplifica: Os *descendentes* sucedem, necessariamente, sem distinção de leito, sexo ou primogenitura, mas uns precedem os outros. Por ordem de preferência exclusiva, herdamos, em primeiro lugar, os *filhos*; seguidamente os *netos*, depois os *bisnetos*, e assim por diante. Respeitados, porém, o instituto da representação que, conforme positivado na Lei Civil (art. 1.852, CC), só cabe aos descendentes, nunca aos ascendentes.

Valendo-se dos ensinamentos de Itabaiana de Oliveira, TARTUCE (2018, p. 200) leciona que a ideia da representação é possibilitar a reparação, em parte, do mal sofrido pelos filhos com a morte prematura dos pais. Nesse caso, o representante, representa o descendente em grau mais próximo do *de cujus*, que já era pré-morto, isto é, falecido antes mesmo da abertura da sucessão.

Gonçalves (2018, p. 165) elucida:

Sendo três os filhos herdeiros, por exemplo, todos recebem quota igual (*sucessão por cabeça ou direito próprio*), porque se acham a mesma distância do pai, como parentes em linha reta. Se um deles já faleceu (é pré-morto) e deixou dois filhos, netos do de cujus, há diversidade em graus e a sucessão dar-se-á por estirpe, dividindo-se a herança em três quotas iguais: duas serão distribuídas aos filhos vivos e a última será deferida aos dois netos, depois de subdividida em partes iguais. Os últimos herdarão representando a pai premorto.

Assim, os filhos sucedem por cabeça (*per capita*), e os netos, por estirpe (*in stirpes*).

Entretanto, importante evidenciar que a possibilidade de representação se dá não apenas em casos de falecimento do representado, mas também no que se refere a dignidade ou deserdação. Em situações de renúncia da herança, contudo, não cabe representação, face ao manifesto desinteresse em herdar do falecido.

No mais, quando da hipótese de todos os filhos do *de cujus* forem pré-mortos, não há que se falar em representação. Cada neto receberá a sua quota, por cabeça, denominada *quota avoenga*:

Se, no entanto, todos os filhos já faleceram, deixando filhos, netos do finado, estes receberão quotas iguais, por direito próprio, operando-se a sucessão por cabeça, pois encontram-se todos no mesmo grau. Essas quotas chamam-se *avoengas*, por serem transmitidas diretamente do avô para os netos (GONÇALVES, 2018, p. 165).

O artigo 1.834 da lei civilista traz a seguinte redação:

**Art. 1.834.** Os descendentes da mesma classe têm os mesmos direitos à sucessão de seus ascendentes.

Apesar da composição expressa no dispositivo trazer uma possibilidade de interpretação dúbia - se refere aos herdeiros de mesma classe quando há apenas uma classe -, há, como já acentuado incontáveis vezes, absoluta igualdade entre as espécies de filiação, inclusive no que tange ao direito de herdar.

A intenção do legislador, de acordo com Gonçalves (2018, p. 166) foi frisar que os descendentes têm iguais direitos à sucessão de seus ascendentes, pois diferente era a situação no Código de 1916.

Na exata esteira, leciona Orlando Gomes (2015, online) que para efeitos sucessórios, as diferentes qualidades de filhos juridicamente classificadas não têm importância no direito pátrio. Os filhos, qualquer que seja a natureza da filiação, gozam de igual direito hereditário. O novo texto do Código Civil prescreve no artigo 1.834 a igualdade de todos os descendentes que concorrem na sucessão de seus ascendentes.

Se o falecido deixar apenas descendentes eles receberão, portanto, toda a herança sozinhos. Porém, se o *de cujus* deixar além de descendentes também cônjuge, o Código Civil previu a concorrência sucessória, ou seja, os cônjuges concorrem a depender do regime de bens com os filhos, netos e demais descendentes.

Com efeito, deve-se levar em conta que, atualmente, não mais existe a discriminação entre cônjuges e companheiros positivada no artigo 1.790 do Código Civil de 2002. A decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede do Recurso Extraordinário n.

878.694/MG, de relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso, acabou por concluir pela inconstitucionalidade do artigo.

A concorrência do cônjuge com os descendentes, portanto, caberá se o regime do casamento for de separação convencional de bens, ou se, no regime da comunhão parcial de bens, o autor da herança tiver deixado bens particulares, isto é, se já possuía bens ao casar, ou lhe sobrevieram bens, na constância do casamento, por doação ou sucessão. (GONÇALVES, 2018, p. 172).

Já se for casado pelo regime de comunhão universal, ou se no regime de comunhão parcial so tiver constituídos bens comuns, não haverá concorrência.

### *3.2.2. O direito de herança do filho multiparental na hipótese de falecimento de seus ascendentes*

Como incessantemente demonstrado, a decisão do Supremo Tribunal Federal que aprovou a tese do reconhecimento à multiparentalidade, integrou também todos os efeitos jurídicos próprios do instituto haja vista uma realidade que não mais pode ser desprezada: as famílias contemporâneas seguem cada vez mais plurais e, sobretudo, pautadas pela afetividade, não cabendo ao Judiciário deslegitimá-las.

Flávio Tartuce (2018, p. 207) seguindo a exata linha de raciocínio, frisa que não restam dúvidas de que a afetividade constitui um *código forte* no Direito Privado Contemporâneo, gerando alterações profundas na forma de pensar a família brasileira, repercutindo na esfera sucessória.

À vista disso, como o reconhecimento pela Suprema Corte apenas concedeu juridicidade a uma realidade já existente – e deveras recorrente - nas famílias atuais, quanto aos efeitos sucessórios, a mesma lógica deve ser empregada: Considerando a existência simultânea de laços afetivos e biológicos, o filho merece herdar de todos.

Maria Berenice (2016, p. 407) consoante ao exposto, leciona: identificada a pluriparentalidade, se faz necessário reconhecer a existência de múltiplos vínculos de filiação. Todos os pais devem assumir os encargos decorrentes do poder familiar, sendo que o filho desfruta de direitos com relação a todos eles. Não só no âmbito do direito das famílias, mas também em sede sucessória.

Calderón (2017, p. 231) passa a expor:

Um dos aspectos mais polêmicos que decorre da multiparentalidade é a possibilidade de um filho herdar de dois pais (e futuramente também herdar de sua mãe, se houver). Com isso, ao contrário do usual, esse filho de uma relação

multiparental exercerá eventual direito de herança em face de três ascendentes (e não apenas de dois, como de estilo).

Enquanto descendente - e herdeiro necessário - amplamente reconhecido não apenas no plano fático, mas também registral, está certificada a qualidade de filho, o que, obviamente legitima o herdeiro ao chamamento à sucessão de todos os pais com os quais possui o vínculo.

Conforme explicita Daniela Paiano (2017, p. 192), uma vez declarada a multiparentalidade, será dada a qualidade de filho ao reconhecido. Diante disso, o mesmo será herdeiro necessário, tendo a proteção da legítima, ou seja, 50% do patrimônio do *de cujus*, que fica resguardado aos herdeiros necessários.

A sucessão em casos de multiparentalidade, quando se trata do direito de herdar dos pais, segue exatamente os mesmos parâmetros da sucessão simples, isto é, se iguala a hipótese dos herdeiros que possuem tão somente um pai e uma mãe, como é tradicionalmente conhecido.

Daniela Paiano (2017, p. 192) continua lecionando acerca do tema:

Ainda, enquanto descendente, ele é o primeiro na ordem de sucessão legítima, concorrendo com os demais descendentes e cônjuge (a depender do regime de bens). Se o filho reconhecido concorrer com seus irmãos, receberá por cabeça e terá os mesmos direitos que estes, mas se concorrer com descendentes de classe distinta, por exemplo, filho concorrendo com sobrinho representando o pai pré-morto, a divisão da herança será feita por estirpe, já que o sobrinho herdará por representação a parte do pai pré-morto.

Pois bem, o que se extrai a partir dessas informações, é, apesar de causar tamanha estranheza, o perfeito cabimento do filho com multiplicidade de vínculos – herdeiro necessário – suceder o patrimônio de todos os seus pais.

Calderón (2017, p. 230) explica o porquê:

O espanto decorre do paradigma atual com o qual estamos vinculados, pois é ele quem nos delimita o campo de reflexão e nos impele a estranhar o que destoe do que nos é visto como ‘‘costumeiro’’. Inequívoco que a maior presença social é de famílias nas quais as pessoas tenham dois ascendentes, na maioria, um pai e uma mãe (embora seja crescente o número de famílias homoafetivas com filhos). De todo modo, seja em famílias homo ou heteroafetivas, o comum é que as pessoas tenham dois ascendentes e eventualmente herdem, portanto, de duas pessoas. Esse é o paradigma com o qual estamos habituados e tudo que se afasta disso nos causa certa perplexidade [...]

Em contrapartida, estudiosos do direito levantaram alguns questionamentos referente a decisão da Corte Suprema que possibilitou o reconhecimento da



multiparentalidade: O teor da tese fixada daria, eventualmente, abertura para demandas de cunho meramente patrimoniais?

Alguns autores defendem que, de fato, existe a real possibilidade de demandas interesseiras, e que, portanto, deve o judiciário se atentar a cada caso concreto:

A premissa fixada também acaba por possibilitar que os filhos demandem os pais biológicos para obter o vínculo de filiação com intuito alimentares e sucessórios. [...] Esse foi um dos pontos negativos da tese firmada, na opinião deste autor, pois possibilita demandas frívolas promovidas pelos filhos, com claro intuito patrimonial. Pensamos que o Judiciário deve estar atento a tais ações, procurando evitar ao máximo pedidos com claro intuito econômico. (TARTUCE, 2018, p. 211)

Cristiano Chaves de Farias (2015, p. 256) se manifesta no mesmo sentido, a admissibilidade da tese dá espaço ao reconhecimento da multi-hereditariedade, vez que seria possível ao filho reclamar herança de todos os seus respectivos pais e mães. Haveria, com isso, uma maior busca pelo estabelecimento de vínculos biológicos tão somente para a finalidade de adquirir patrimônio do genitor, fragilizando, por sua vez, o vínculo socioafetivo.

Rolf Madaleno (2018, p. 504) também é um dos estudiosos do Direito de Família e Sucessões que compreende que o assunto merece uma maior cautela quando da análise do caso concreto, se observando a proporcionalidade, razoabilidade, legalidade, a publicidade e a eficiência:

E essa é uma evidência que de fato merece ser ponderada antes de simplesmente se acumularem as filiações, haja vista que, se nenhuma verdade social ou biológica é melhor do que a outra, e se alguém, por alguma razão pretende gerar um novo vínculo de filiação com outra pessoa, quando já tem idêntico elo filial, deveria demonstrar que nenhuma tem mais peso que a outra, o que usualmente é difícil, diante dos fortes laços socioafetivos impregnados pela convivência do passado, e que jamais serão superados pelos frágeis vínculos biológicos reclamados para o futuro, tornando-se a pretensão processual abusiva e de mera projeção material.

Outros, contudo, entendem não haver quaisquer empecilhos decorrentes da multiparentalidade no que diz respeito ao direito de herdar de ambos os pais.

Ricardo Calderón (2017, p. 233), utilizando-se do posicionamento de Zeno Veloso sobre o assunto explica que o filho socioafetivo é tão filho quanto o filho biológico, e tem todos os direitos (e deveres) de um outro filho, qualquer que seja a natureza da filiação. Exemplifica a questão, dizendo que o filho socioafetivo tem total direito à herança de seu pai, mesmo que já tenha recebido antes, ou tenha a expectativa de receber futuramente, herança de um outro parente, ou até mesmo de seu pai biológico. O filho, com absoluta certeza, tem aspiração sucessória e será herdeiro de cada um deles.

Luiz Paulo Vieira de Carvalho (2017, p. 330) também se manifesta a favor do reconhecimento de dupla paternidade e de seus respectivos efeitos, inclusive no que se refere ao recolhimento de benefícios sucessórios mais de uma vez, de pais distintos.

Daniela Paiano (2017, p. 193) faz referência a um caso de reconhecimento de filiação *post mortem*, no qual os filhos não tiveram a oportunidade de conhecer sua ancestralidade, mas ainda assim requereram em juízo o reconhecimento. Nesse caso, a autora defende que pouco importa se o interesse da prole era tão somente patrimonial. O que, de fato, importa é que aquele pai, já falecido, era pai dos interessados. Eles não são menos filhos que os filhos matrimoniais. Assim, defende-se o direito de reconhecimento da filiação biológica ou socioafetiva, por ser uma consequência lógica de igualdade jurídica entre os filhos.

Pois bem, por ser a herança um direito legalmente reconhecido a todos os filhos, seja lá qual for a origem – civil, biológica, socioafetiva – todos têm igualdade em direitos no que concerne ao recebimento da herança, até porque, ainda que se trate de filiação diversa da biológica, pode-se dizer que para haver o reconhecimento, inúmeros são os critérios analisados. Desse modo, deslegitimar um filho, por razões de potencial interesse, seria no mínimo, violar preceitos de ordem constitucional, visto que um filho é colocado na posição de herdeiro necessário justamente pela garantia da segurança e amparo, ao menos material, para com os descendentes do *de cujus*.

Se algum filtro deve ser feito a respeito do tema, é a aceitabilidade ou não do reconhecimento da multiparentalidade, pois após o seu reconhecimento não há mais o que se discutir acerca do direito de herança, já que não seria lógico ou aceitável reconhecer um vínculo filiatório ou de paternidade pela metade.

### *3.2.3. O direito de herança dos ascendentes na sucessão simples*

Em que pese a classe de herdeiros ascendentes configure também herdeiros necessários, quando se trata da ordem de preferência, é segunda a ser chamada a sucessão, isto é, na ausência de descendentes, são esses os próximos a herdar do defunto.

O artigo. 1.836, positivado no Código Civil de 2002 assim dispõe: *Na falta de descendentes, são chamados à sucessão os ascendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente.*

Nessa hipótese de sucessão, diferenciam-se os ascendentes paternos e maternos em linhas, de modo que todos recebem igualmente seu quinhão se igual forem os números

de sucessores em cada linha, caso contrário, dar-se-á metade da herança a cada uma das linhas, pouco importando se uma delas é composta por um ou dois ascendentes.

Sobre a matéria, Orlando Gomes (2015, online) explica:

Formam os ascendentes duas linhas: a paterna e a materna. Se os sucessíveis nessas duas linhas se encontram à mesma distância do descendente falecido, divide-se a herança em duas partes iguais, uma para o pai, a outra para a mãe. Mas se sobrevivo está somente um deles, caber-lhe-á a totalidade, ainda que vivos estejam os pais do ascendente premorto, visto que não há direito de representação na linha reta ascendente. Prevalece, nessa classe de sucessíveis, sem exceção, a regra de que os parentes mais próximos excluem os mais remotos, sem distinção de linhas. (GOMES, 2015, online)

Na mesma linha de raciocínio, Tartuce (2018, p. 219) ilustra as seguintes possibilidades:

[...] se o falecido com patrimônio de R\$ 1.200.000,00 não deixou pais, mas apenas avós paternos e maternos, a herança é dividida inicialmente em duas partes, uma para cada linha. Depois a herança é fracionada entre os avós em cada grupo, que recebem quotas iguais, ou seja, R\$ 300.000,00 cada um.

Todavia, se o falecido com patrimônio de R\$ 1.200.000,00 deixou três avós, dois na linha paterna e um na linha materna, estão presentes a igualdade de graus e a diversidade de linhas. Por isso, metade da herança é atribuída aos avós paternos – R\$ 600.000,00 recebendo R\$ 300.000,00 cada um – e outra metade para a avó materna – que receberá R\$ 600.000,00 [...]

Como já ressaltado anteriormente, não há que se falar em representação quando da herança transmitida aos ascendentes. Então, sobrevivendo alguns dos ascendentes mais próximos do autor da herança – pai, e dois avós paternos, por exemplo – a sucessão se dará por direito próprio e a partilha, por cabeça. Carlos Roberto Gonçalves (2018, p. 181) leciona a respeito:

Há, nessa espécie de sucessão, uma combinação de linhas e graus. O grau mais próximo exclui o mais remoto (*proximior excludit remotiorem*), sem distinção de linha. Se não há prole, herdamos os genitores do falecido, em partes iguais, por direito próprio (*iure proprio*). Se apenas um está vivo, recebe a totalidade da herança, ainda que estejam vivos os pais do genitor falecido (avós do *de cuius*), **pois na linha ascendente, como mencionado, não há direito de representação.** (grifo meu)

O regime de bens do casal – já evidenciado em outra oportunidade - é considerado apenas quando da concorrência entre cônjuge e descendentes. No que concerne à concorrência com os ascendentes, não há que se falar em análise do regime de bens. TARTUCE (2018, p. 217) bem explica:

Reafirme-se, para que não parem dúvidas, que, na concorrência do cônjuge – e agora também do convivente – com os ascendentes, não há qualquer influência quanto ao regime de bens [...].

Dessa maneira, considerando que o cônjuge sempre concorrerá com os ascendentes, porque aqui, independe o regime de bens do casamento, seguem os termos do art. 1.837 da Lei Civil:

**Art. 1.837.** Concorrendo com ascendente em primeiro grau, ao cônjuge tocará um terço da herança; caber-lhe-á a metade desta se houver um só ascendente, ou se maior for aquele grau.

O viúvo, portanto, terá direito a um terço da herança se concorrer com pai e mãe do falecido, ou a metade, em duas hipóteses: a) se concorrer com apenas um dos pais do *de cujus*; b) se concorrer com os avós do falecidos, ou ascendentes de graus mais remotos. Não esquecendo, porém, que os mesmos direitos do cônjuge, se estendem aos companheiros do defunto.

#### *3.2.4. O direito de herança dos ascendentes na hipótese de falecimento do filho multiparental*

Primeiramente foram tratadas as hipóteses de um filho com multiplicidade de vínculos poder herdar de mais de um pai e uma mãe, assunto esse praticamente vencido a partir do julgado do Supremo Tribunal Federal, quando reconheceu, em sede de Repercussão Geral, a possibilidade de coexistência de vínculos.

No momento, iniciaremos a discussão quanto a hipótese contrária: A possibilidade de herança dos ascendentes a partir da morte do filho multiparental.

Anderson Schreiber (2016, online) foi quem levantou o questionamento na doutrina:

se uma pessoa pode receber herança de dois pais, é preciso recordar que também pode ocorrer o contrário, pois a tese aprovada produz efeitos em ambas as direções: direito do filho em relação aos múltiplos pais ou mães, mas também direitos dos múltiplos pais ou mães em relação ao filho. Assim, o que ocorre caso o filho venha a falecer antes dos pais, sem deixar descendentes?

O artigo 1.836 do Código Civil de 2002, como já exposto em momento oportuno, salienta que na falta de descendentes, chama-se à sucessão os ascendentes do falecido. Tal fato resultou em diversas indagações na doutrina no que se refere ao conteúdo do supracitado artigo combinado com o teor da tese aprovada pela Suprema Corte reconhecendo a multiparentalidade.

Em regra, o entendimento que prevalece em casos comuns é atribuir 50% da herança a cada uma das linhas (exceto se houver cônjuge do falecido, o qual passaremos a tratar adiante), não importando, por exemplo, se na linha paterna, o ascendente em primeiro grau já é pré-morto e há apenas um ente em segundo grau (avô) sobrevivente, dá-se, portanto, os 50% da herança a este herdeiro. Não há que se falar, sobretudo, em representação.

Corroborando Anderson Schreiber (2016, online) evidenciando que a resposta da lei brasileira sempre foi a de que “os ascendentes da linha paterna herdam a metade, cabendo a outra metade aos da linha materna” (Código Civil, art. 1.836). Em primeiro grau, isso significava que o pai recebia a metade dos bens, e a mãe, a outra metade.

No entanto, a questão aqui tratada é um pouco mais complexa, haja vista contemplar três ascendentes em primeiro grau. E, sendo a lei civilista omissa, cabe a doutrina e a jurisprudência darem um norte para a questão.

Schreiber (2016, online) segue questionando acerca do tema:

Agora, indaga-se como será feita a distribuição nessa hipótese: a mãe recebe metade e cada pai recebe um quarto da herança? Ou se divide a herança igualmente entre os três, para que a posição de pai não seja “diminuída” em relação à posição de mãe (ou vice-versa)?

Contudo, parece que a hipótese menos prejudicial seria a divisão da herança em três quinhões, dando a cada herdeiro uma parcela igual para todos os ascendentes.

Tartuce (2018, p. 218) justifica sua posição sobre o assunto: aplicando-se o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, este autor entende que a herança deve ser dividida de forma igualitária entre todos os ascendentes, sejam biológicos ou socioafetivos.

Por outro lado, alguns doutrinadores entendem que deve-se seguir estritamente o que consta no Código Civil, nesse caso, respeitando-se a divisão por linhas prevista no artigo 1.836:

Assim, em existindo dois pais estes recolherão a metade da quota cabível aos ascendentes, na proporção de metade para cada um, e a mãe, integralmente, a outra metade; em existindo duas mães estas dividirão entre si a metade da parte cabível aos ascendentes, e o pai receberá a outra metade por inteiro, sem que se possa arguir qualquer inconstitucionalidade, pois a eventual discrepância de valores só não pode ser permitida em se tratando de diferenciação entre filhos do falecido [...] (CARVALHO, 2017, p. 333-334)

Como se sabe, o artigo 1.837 da Lei Civil vigente traz em sua redação a possibilidade de concorrência entre ascendentes e cônjuges, cabendo a este último um

terço da herança se forem vivos os dois ascendentes, ou ainda, metade da herança se houver apenas um ascendente, ou se maior for aquele grau, por exemplo, avós do *de cujus*.

Assim como nas outras hipóteses, a lei não regula tal situação, cabendo, mais uma vez, a doutrina e a jurisprudência oferecerem suas respectivas soluções teóricas.

TARTUCE (2018, p. 217) leciona:

Com o amplo reconhecimento da multiparentalidade, se o falecido deixar um pai biológico, um pai socioafetivo, uma mãe e uma esposa ou companheira, os seus bens serão divididos entre os quatro também em concorrência.

Daniela Paiano (2017, p. 193) apresenta a seguinte situação hipotética:

“A” possui o reconhecimento da multiparentalidade (possui um pai biológico, um pai socioafetivo e uma mãe). É casado com “B”. “A” falece sem deixar descendentes e possui bens a serem partilhados. Nessa situação, o cônjuge “B” concorrerá com os ascendentes de “A”, que diferente do modo tradicional pensado no Art. 1.837 (pai e mãe), “B” concorrerá com três ascendentes em primeiro grau – dois pais e uma mãe. Pergunta-se: como deverá ser feita a divisão da herança nesse caso? Por cabeça, repartindo a herança em quatro partes? Ou mantém-se o que está descrito na primeira parte do dispositivo, resguardando-se 1/3 da herança para o cônjuge sobrevivente e o restante dividindo-se entre os ascendentes?

Para solucionar a questão a autora propõe uma alteração do Código vigente, de modo que conste expressamente que, se tratando de situação de multiparentalidade, a herança se dividirá em quinhões exatamente iguais (partilha por cabeça) quando da concorrência entre ascendentes e cônjuge. Já que, enquanto descendentes, o filho com multiparentalidade tem direito a herança de todos os seus pais, consequentemente, todos os seus pais devem ter herança no caso de seu falecimento. (PAIANO, 2017, p. 194)

Por fim, com relação a parte final do dispositivo, que se refere à concorrência com herdeiros de graus mais remotos, Flávio Tartuce (2018, p. 218) defende a seguinte opinião:

Outros problemas práticos podem surgir quanto à multiparentalidade, eis que é preciso saber qual será a quota do cônjuge ou convivente concorrendo com mais de quatro avós do falecido, agora incluindo os socioafetivos e biológicos. Assim, por exemplo, o cônjuge pode concorrer com cinco, seis, sete, oito ou mais avós do *de cujus*. *A priori*, este autor entende que deve ser preservada a quota do cônjuge ou companheiro, dividindo-se o restante de forma igualitária, entre todos os avós.

Daniela Paiano (2017, p. 194) fortalece o entendimento de que o mais coerente talvez seja a manutenção da ideia original, isto é, metade para o cônjuge. Isso porque, quando concorre - na situação hipotética de uma sucessão simples - com grau mais distante, por exemplo, segundo grau (avós), e em tese, estando todos vivos, eles seriam quatro pessoas. Contudo, o código determina que metade seja destinado ao cônjuge, e não

1/5. Assim, considerando que havendo mais ascendentes em primeiro grau, haveria também, o dobro de ascendentes em segundo grau (avós), e a parcela destinada ao cônjuge diminuiria significativamente, contrariando o que dispõe a letra da lei.

Evidente, portanto, que a decisão do Supremo Tribunal Federal quanto ao reconhecimento da multiparentalidade repercutiu não só na esfera do Direito de Família, mas também, significativamente, no âmbito do Direito das Sucessões.

## CONCLUSÃO

O Direito de Família tem evoluído de modo a se adaptar às realidades vividas nas relações interpessoais. Mais do que isso, vem acompanhando a árdua tentativa de desconstrução dos padrões ainda enraizados na busca por uma maior liberdade e realização interior.

A leitura preliminar da codificação anterior não deixa oscilações quanto ao caráter discriminatório atribuído às diferentes espécies de filiação na vigência do Código Civil de 1916, contudo, a Constituição Federal de 1988 representou diretamente um grande avanço na seara do Direito Familiar, isto é, com a ascensão de princípios basilares como o da dignidade da pessoa humana, igualdade de filiação e, sobretudo a afetividade, pôde-se perceber que as entidades familiares atuais são nutridas por valores muito diferentes do que víamos na constância da engessada Lei Civil anterior.

A nova realidade que se insere o contexto das famílias contemporâneas, demanda uma série de prerrogativas as quais muitas vezes carecem de previsão legislativa. No entanto, caminhando a tímidos passos, o ordenamento jurídico brasileiro vem se adaptando e atribuindo legitimidade aos diferentes contornos familiares cujo vetor principal se concentra na afetividade.

É o que se verificou com o instituto da multiparentalidade, objeto deste estudo.

A hipótese comumente estimada, desde sempre considerou tão somente a dicotomia entre filiação biológica ou socioafetiva, não havia que se falar em coexistência de vínculos. Todavia, na medida em que houve a ascensão das famílias recompostas e foi o afeto elevado a fator elementar, as demandas emergiram e ocuparam sua posição assim como as demais organizações familiares, todas, sem restrição, merecedoras de segurança jurídica.

Desse modo, o judiciário, enquanto um dos instrumentos estatais legitimado a assegurar a dignidade da pessoa humana, compreendeu a carência de representatividade e, através de um caso concreto, concedeu aos brasileiros a possibilidade de registrar no assento de nascimento o vínculo biológico concomitantemente com o socioafetivo.

Considerando a decisão do STF que reconheceu a teoria da multiparentalidade, vários foram os aspectos jurídicos que passaram a ser objeto de discussão, entre eles os efeitos sucessórios. Praticamente não há mais dúvidas de que, uma vez reconhecidos os vínculos simultâneos, os direitos decorrentes da parentalidade devem ser respeitados. A



partir desse contexto, a questão formulada e que se pretendeu responder neste trabalho é: como se dá a sucessão em caso de multiparentalidade de descendentes ou de ascendentes frente à legislação atual?

Entende-se a multiparentalidade como a mais adequada alternativa – e talvez a mais conivente com a realidade das famílias atuais - quando da discussão de paternidades frente aos distintos critérios apresentados pelos litigantes, uma vez que posiciona os diferentes tipos de filiação a um mesmo patamar, lhes concedendo proteção jurídica ao não deixar de considerar um deles.

Assim, se concluiu que, quando o filho multiparental é quem vai herdar, resta claro que as normas são as mesmas direcionadas a filiação simples. O herdeiro, nesse caso, tem direito a receber sua quota como um herdeiro legítimo de todos seus ascendentes, ainda que configure multi-hereditariedade.

Já no caso inverso, quando da hipótese do falecimento do filho multiparental que deixa vários ascendentes (sem deixar nenhum descendente), percebe-se que a legislação vigente deixa algumas brechas, pois a resposta da Lei Civil no que se refere a sucessão simples (art. 1.836, parágrafo 2º), direciona metade do patrimônio para cada uma das linhas (materna e paterna), contudo, em casos como esse, não há que se falar em analogia, pois são, no mínimo, três pessoas compondo as linhas ascendentes de primeiro grau. Assim, considerando que a ideia do legislador quando concede 50% do patrimônio é assegurar igualdade para ambas as linhas ascendentes, o entendimento mais coerente é transferir aos herdeiros a parcela proporcional ao número de pessoas e não de linhas, isto é, sendo três – dois pais e uma mãe, por exemplo – 1/3 do total da herança dar-se-á em favor de cada um deles.

Destarte, parece não haver outras maneiras que preservem mais os direitos fundamentais, e que transmita um retrato fiel das famílias atuais, que a possibilidade da coexistência de vínculos parentais. Sendo assim, analisados cada caso concreto para que se evitem a banalização do reconhecimento da multiparentalidade, bem como demandas mal-intencionadas, é nítida a enxurrada de aspectos positivos que o supracitado reconhecimento concedeu ao direito de filiação.

Por fim, diante de todo o exposto, importante é que família, em seu sentido mais nobre de ser, sempre se qualificou pelo conjunto de indivíduos que, independente da quantidade de vínculos, tampouco da natureza destes, idealizam e constroem, através do afeto, companheirismo e amor, seus alicerces e, sobretudo, seus refúgios quando

deparam-se com circunstâncias ofensivas à seus âmagos. É o colo, o ombro, o abraço que, revigora, recompõe e dá forças para recomeçar.

## REFERÊNCIAS

BARBOZA, Heloisa Helena. **Efeitos jurídicos do parentesco socioafetivo**. Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões, Porto Alegre: Magister; Belo horizonte: IBDFAM, ano 10, n. 9, p. 31, abril/maio 2009

BARBOZA, Heloisa Helena. **Efeitos jurídicos do parentesco socioafetivo**. Revista da faculdade de direito da uerj-rfd, , Rio de janeiro, v. 2, n. 24, p. 111-126, 2013.

BORGES, Lisieux Nidimar Dias. **Os novos contornos da Parentalidade e Filiação no Direito Brasileiro**. Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões, v. 34, p. 34-63, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2006.

\_\_\_\_\_. Conselho de Justiça Federal. **Enunciados da VII Jornada de Direito Civil**. Disponível em: < <http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/845>> Acesso em 13 de outubro de 2018

\_\_\_\_\_. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)> Acesso em: 11 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)> Acesso em: 14 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6015.htm)>. Acesso em: 19 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 898.060/SC. Repercussão Geral n. 622**. Julgado em 29 set 2016. de Relatoria do Ministro Luiz Fux.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 878.694/MG. Repercussão Geral n. 809**. Julgado em 10 mai 2017. de Relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 658.139/RS**. Julgado em 11 out 2005 pela Quarta Turma de Relatoria do Ministro Fernandes Gonçalves.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Apelação Cível n. 0461850-92.2014.8.21.7000**. Julgada em 12 fev 2015, pela Oitava Câmara Cível de Relatoria do Desembargador José Pedro de Oliveira Eckert.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. **Ação Declaratória de Maternidade n. 2013.06.1.001874-5**. Julgada em 06 jun 2014, pela Juíza de Direito Ana Maria Gonçalves Louzada.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Acre. **Apelação Cível n. 0711965-73.2013.01.0001**. Julgada em 12 fev 2015, pela Primeira Câmara Cível de Relatoria do Desembargador Adair José Longuini.

CALDERÓN, Ricardo. **Princípio da afetividade do direito de família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

CAPPARELLI, J. C. **Manual sobre o matrimônio no Direito Canônico**. São Paulo: Paulinas, 1999.

CARVALHO, Luiz Paulo Vieira de. **Direito das sucessões**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CASSETTARI, Christiano. **Multiparentalidade e Parentalidade Socioafetiva, Efeitos Jurídicos**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2017.

CASTRO, A. M. O. de. **A família, a sociedade e o direito**. In: ELESBÃO, E. C. (Coord.). Pessoa, gênero e família: Uma visão integrada do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

COELHO, Fabio Ulhoa. **Curso de Direito Civil: Família – Sucessões**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

CUNHA, Matheus Antônio da. **O conceito da família e sua evolução histórica**. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis-SC, 27 Set 2010. Disponível em: <http://investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/170332-o-conceito-de-familia-e-sua-evolucao-historica> Acesso em: 04 jul 2018

DIAS, Maria Berenice; OPPERMANN, Marta Cauduro. **Multiparentalidade: uma realidade que a Justiça começou a admitir**. 2015. Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2\\_13075\)MULTIPARENTALIDADE\\_\\_Berenice\\_e\\_Marta.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_13075)MULTIPARENTALIDADE__Berenice_e_Marta.pdf)> Acesso em 20 set 2018

DIAS, Maria Berenice. **Filhos do afeto: questões jurídicas**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

\_\_\_\_\_. **Família, ética e afeto**. Consulex. Brasília: Consulex, 15 abr. 2004, n. 174. p. 34-35.

\_\_\_\_\_. **Manual de Direito das Famílias**. 12 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

\_\_\_\_\_. **Manual de Direito das Famílias**. 11 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

\_\_\_\_\_. **Manual de Direito das Famílias**. 9 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

\_\_\_\_\_. **Sociedade de afeto: um nome para a família.** Revista Brasileira de Direito de Família. Porto Alegre: Síntese, v. I, n. 1, p. 34, abr./jun., 1999.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família.** 32 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

\_\_\_\_\_. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Sucessões.** 32 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

FARIAS, Cristiano Chaves de. **A família parental.** In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha. (org). *Tratado de Direito das Famílias.* Belo Horizonte: IBDFAM, 2015.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Famílias.** 10 ed. Bahia: Jus Podivm, 2018.

\_\_\_\_\_. **Curso de Direito Civil: Famílias.** 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. **Manual de Direito Civil.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

\_\_\_\_\_. **Novo Curso de Direito Civil. Direito das Sucessões.** 5 ed. Saraiva. São Paulo. 2018

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Princípios Constitucionais de Direito de Família.** São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GHILARDI, Doris. **Economia do afeto.** 2015. Editora: Lumen Juris. Rio de Janeiro

\_\_\_\_\_. **A possibilidade de reconhecimento da multiparentalidade: vínculo biológico X vínculo socioafetivo, uma análise a partir da AC no 2011.027498-4 do TJSC.** In: Revista brasileira de direito das famílias e sucessões, v. 15, n. 36, pp. 63-78, out./nov. 2013.

GOMES, Orlando. **Sucessões.** 16 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro – Sucessões.** 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

\_\_\_\_\_. **Direito Civil Brasileiro - Direito de Família.** 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

\_\_\_\_\_. **Direito Civil, Sinopses jurídicas.** 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

\_\_\_\_\_. **Direito Civil 3 Esquematizado: Responsabilidade Civil, Direito de família, Direito das sucessões.** Coord. Pedro Lenza. 3 ed, São Paulo.: Saraiva, 2016.

GRISARD FILHO, Waldyr. **Famílias reconstituídas: novas uniões depois da separação.** 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

\_\_\_\_\_. **Guarda Compartilhada: um novo modelo de responsabilidade parental.** 4. ed São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009

KLOSTER, Sarila; FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues. **O Dever da prestação de afeto na filiação como consequência da tutela jurídica da afetividade.** In: Mariana Ribeiro Santiago; José Sebastião de Oliveira. (Org.). *Direito de Família*. 1ed. Florianópolis-SC: FUNJAB, 2012, v. 1. p. 210-224

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil: Famílias**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

\_\_\_\_\_. **Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária.** in Conselho da Justiça Federal. Brasília. out/dez. 2004 Disponível em: <<http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/633/813>>. Acesso em 07 jul 2018.

\_\_\_\_\_. **Princípio Jurídico da Afetividade na Filiação.** IBDFAM. 2004. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5820/mod\\_resource/content/1/seminário%201C.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5820/mod_resource/content/1/seminário%201C.pdf) Acesso em 27 jul 2018.

\_\_\_\_\_. **Entidades familiares constitucionalizadas: para além do *numerus clausus*.** Revista IBDFAM, 2002. p. 40-55.

\_\_\_\_\_. **Afeto e estruturas familiares.** In: Maria Berenice Dias, Eliene Ferreira Bastos e Naime Márcio Martins Moraes (Org.). 1 ed. Belo Horizonte: Del. Rey, 2011.

LUCCHESI, Mafalda. **Filhos Evolução até a Plena Igualdade Jurídica.** Disponível em: <[http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/13/volumel/10anosdo codigocivil\\_231.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/13/volumel/10anosdo codigocivil_231.pdf)> Acesso em 07 jul 2018

MADALENO, Rolf. **Curso de Direito de Família**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

\_\_\_\_\_. **Curso de Direito de Família**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MALUF, Carlos A. D.; MALUF, Adriana Caldas. Rego. Freitas. Dabus. **Curso de Direito de Família**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Direito de Família**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

NETO, Sebastiao de Assis; JESUS, Marcelo de; MELO, Maria Izabel. **Manual de Direito Civil**. 6 ed. Bahia: juspodivm, 2017.

PAIANO, Daniela Braga. **A família atual e as espécies de filiação: da possibilidade jurídica da multiparentalidade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios Fundamentais Norteadores do Direito de Família**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

\_\_\_\_\_. **Princípios fundamentais e norteadores para a organização jurídica da família.** Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná. 2004.

\_\_\_\_\_. **Dicionário de direito de família e sucessões**. 1 ed. São Paulo: Saraiva 2015.

PINTO, Murilo. **É possível ação de investigação de paternidade e maternidade socioafetiva.** 2011 Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/sites/stj/default/pt\\_br/comunicação/últimas-not%c3%adcias/é-poss%c3%advel-ação-de-investigação-de-paternidade-e-maternidade-socioafetiva](http://www.stj.jus.br/sites/stj/default/pt_br/comunicação/últimas-not%c3%adcias/é-poss%c3%advel-ação-de-investigação-de-paternidade-e-maternidade-socioafetiva)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

PIRES, Thiago José Teixeira. **Princípio da paternidade responsável.** Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n. 3586, 26 abri 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/24305>>. Acesso em 14 jul 2018.

SENA, Thandra Pessoa de. **A nova Lei da Adoção: À luz dos Direitos Fundamentais.** 1 ed. Curitiba: Juruá, 2015.

SCHREIBER, Anderson. STF, Repercussão Geral 622: multiparentalidade e seus efeitos. **2016.** Disponível em: <<https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/388310176/stf-repercussao-geral-622-multiparentalidade-e-seus-efeitos>> **Acesso em 14 out 2018**

TARTUCE, Flavio. **Manual de Direito Civil.** 7 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

\_\_\_\_\_. **Direito civil: Direito de família.** 12 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

\_\_\_\_\_. **Direito civil: Direito das sucessões.** 11 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata de Lima. **O direito das famílias entre a norma e a realidade.** São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **A Multiparentalidade como nova estrutura de parentesco na contemporaneidade.** Revista Brasileira de Direito Civil, v. 4, 2015. Disponível em: <<https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/volume4/02---rbdcivil-volume-4---a-multiparentalidade-como-nova-figura-de-parentesco-na-contemporaneidade.pdf>> Acesso em 22 set 2018

VELOSO, Zeno. **Direito hereditário do cônjuge e do companheiro.** São Paulo: Saraiva, 2012.

WALD, Arnaldo. **O novo direito de família.** 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

\_\_\_\_\_. **O novo direito de família.** 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

WELTER, Belmiro Pedro. **Teoria Tridimensional do Direito de Família.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

\_\_\_\_\_. **Teoria Tridimensional no Direito de família: Reconhecimento de todos os direitos das filiações genética e socioafetiva.** Decisão comentada do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/noticias/17076/>> Acesso em 13 set 2018.